

Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA

CNPJ: 27.316.538/0001-66

Av. Getúlio Vargas, 556, Centro, Vitória- ES, CEP: 29.010-945

<http://www.codesa.gov.br>**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2017****MENSAGEM DA DIRETORIA**

O ano de 2017 entra para a história da CODESA como um ano de grandes realizações da empresa.

Apesar do cenário econômico do país ainda em recuperação, foram concluídas as obras de dragagem, tão importantes para o reposicionamento estratégico do Porto em um mercado global com tendência ininterrupta de crescimento dos navios. A conclusão dessa obra era há muito aguardada por toda a sociedade e foi comemorada como uma vitória importante que permitirá ao Porto de Vitória uma maior competitividade frente aos portos concorrentes.

Abre-se uma perspectiva de crescimento econômico e geração de emprego e renda que necessitam de capacidade portuária mais adequada ao dinamismo da economia do Espírito Santo e toda a região atendida pelo Porto de Vitória.

Também foi concluída a implantação do Sistema de Gerenciamento de Tráfego de Navios (VTMIS) e somos o primeiro Porto do Brasil a contar com um conjunto homologado de equipamentos e radares que, ao mesmo tempo que permitem maior segurança nas nossas operações, nos permite sermos mais produtivos, ampliando nossa capacidade operacional.

Qualificamos dois importantes projetos junto ao Governo Federal: o de arrendamento de granéis líquidos para o Cais de Capuaba, e o de concessão do Porto de Barra do Riacho. Projetos que serão licitados e permitirão investimentos privados da ordem de 2 bilhões de reais no Espírito Santo a partir de 2018.

Destaque: a CODESA será a primeira Autoridade Portuária do Brasil a desenvolver uma exploração por concessão à iniciativa privada. Esse modelo, previsto na nova Lei dos Portos de 2013, ainda não foi aplicado e está sendo desenvolvido em parceria com a comunidade empresarial e acompanhado por uma completa equipe do Governo Federal.

Parte dos recursos com os processos de outorga será utilizado para investimento nos acessos ao Porto, e outra parte no fortalecimento da capacidade de participação da CODESA em projetos que tragam retorno para a logística e o comércio exterior do Espírito Santo.

Realizou-se a 1ª Conferência Internacional de Portos, no Espírito Santo, com a presença da maioria das Autoridades Portuárias do país e de palestrantes e representantes internacionais, evento em que foram discutidos assuntos essenciais à formação de políticas públicas para os portos, como a segurança, a inovação e a competitividade.

Foram formalizados acordos portuários com a Ásia, Europa e América do Norte para a criação de linhas diretas de navegação para transporte de carga geral, a partir do Porto de Vitória, para esses continentes, permitindo ao comércio exterior capixaba também mais competitividade na formação dos fretes marítimos que compõem os custos de exportação e estão refletidos no dia a dia de toda a sociedade.

Deu-se início ao projeto de pesquisa que apresentará ao Governo Federal uma nova proposta de estruturação tarifária, mais justa e equilibrada aos usuários do porto, garantindo que o preço pago esteja totalmente refletido na qualidade dos serviços prestados pela CODESA ao condomínio portuário. A proposta de pesquisa, inovadora ao tratar custos baseados em todas as atividades portuárias, deverá ser debatida em todo o país ao longo de 2018.

Aprovou-se, em âmbito nacional, proposta elaborada pelo corpo técnico da CODESA, para solução do passivo atuarial do sistema de previdência complementar, evitando que o PORTUS fosse liquidado no final de 2017. As negociações estão sendo conduzidas pelo Governo Federal em busca do melhor equacionamento para as empresas e os beneficiários.

Avançou-se nas obras do Cais do Atalaia e na obra das novas portarias do porto, totalmente equipadas com tecnologia de ponta e preparadas para contribuir, dentro do projeto Cadeia Logística Portuária do Governo Federal, para a eliminação de filas de caminhões e trens no acesso ao Porto. O Porto de Vitória será também o primeiro porto do Brasil a implantar na íntegra esse projeto estratégico do Governo Federal, servindo de modelo para todos os portos nacionais.

Formalizou-se, em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo – IFES e com a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, a criação do Centro Nacional de Referência em Tecnologias Portuárias, concretizando o posto de Porto Piloto de Inovações Tecnológicas, que podem refletir em ganhos de desempenho e capacidade para todos os portos do Brasil.

O Porto de Vitória foi sede para realização de importante evento do setor de Arquitetura e Decoração, com estrondoso sucesso, o que demonstra o altíssimo potencial de utilização dos nossos antigos armazéns para melhor integração do Porto com a Cidade, permitindo que o cidadão capixaba veja no Porto também uma referência cultural no Espírito Santo.

No aspecto administrativo, avançou-se com a realização do programa de modernização da Gestão Portuária – PMGP, a ser concluído no início de 2018. Reduzimos despesas e controlamos gastos em um ano de dificuldades econômicas no país.

Com isso, a empresa atingiu importantes resultados operacionais que nos permitiram financiar um plano completo de demissões incentivadas (PIDV), proporcionando aos colaboradores o incentivo necessário para que possam concretizar seus sonhos de aposentadoria. Nosso agradecimento impor-

tante aos excelentes trabalhadores que deixaram o quadro funcional da empresa neste ano e que tanto contribuíram na construção e excelência da CODESA.

Ainda na questão administrativa, reformulamos nosso parque tecnológico de informática, substituindo todos os computadores da empresa por estações modernas com processamento seguro e nas nuvens, com tecnologia de fibra ótica alimentando o acesso à internet em todo o cais, de maneira ininterrupta e com alto padrão de qualidade.

Com muito esforço e dedicação de todos os colaboradores da empresa e de toda a comunidade portuária, terminamos o ano de 2017 com 6,25% de aumento de movimentação de carga, comparado ao ano de 2016. Esse importante resultado se dá mesmo com impactos operacionais importantes ao longo do ano, por conta da obstrução temporária de berços para conclusão da obra de dragagem, e reflexos da crise de segurança enfrentada pelo Espírito Santo no início do ano.

São excelentes resultados que se alinham de maneira concreta com a recuperação econômica brasileira e apontam, de forma robusta, para Portos de Vitória e Barra do Riacho ainda mais fortes em 2018.

O plano estratégico preparado em 2016, com pilares sólidos de sustentabilidade, participação e integração, segue com força total. Que venham ventos ainda mais favoráveis em 2018!

Diretoria Executiva.

1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Apesar de uma tímida melhora no cenário macroeconômico do país no ano de 2017, o desempenho econômico-financeiro da CODESA ainda sente os efeitos da crise econômica do biênio 2015-2016. Não obstante, em 2017 a CODESA procurou implantar medidas saneadoras que, apesar de afetar o resultado econômico no curto prazo, proporcionarão ganhos financeiros futuros e permitirão a continuidade da prestação dos serviços portuários para as próximas décadas.

Em 2017 a Receita Bruta da Companhia registrou um novo recorde e alcançou a cifra de R\$ 138,92 milhões, valor 3,57% superior a Receita Bruta do ano anterior. Por sua vez, os Custos dos Serviços Portuários somaram R\$ 66,54 milhões em 2017, o que representa um aumento de 11,53% quando comparado ao ano anterior. Já as Despesas Administrativas registraram acréscimo de 8,36% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 67,23 milhões no exercício 2017.

O aumento dos custos dos serviços portuários e das despesas administrativas é decorrente do forte crescimento do item Pessoal e Encargos, que corresponde pela maior parcela destas duas rubricas. Importante ressaltar que parte do crescimento do item de Pessoal e Encargo foi derivado dos desembolsos motivados pelo Plano de Incentivado à Demissão Voluntária (PIDV) e Plano de Demissão Assistida (PDA), que apesar de pressionarem os gastos no curto prazo, as duas ações acarretarão em uma significativa redução na folha de pagamentos da Companhia nos próximos anos.

Isto posto, o crescimento dos Custos dos Serviços Portuários e das Despesas Administrativas acima do crescimento das Receitas implicou na queda do Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro, que registrou um déficit de R\$ 11,07 milhões no exercício de 2017.

O EBITDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), item que indica a capacidade da CODESA em gerar caixa, registrou um déficit de R\$ 3,38 milhões em 2017. O resultado do EBITDA demonstra que a Companhia reduziu a sua capacidade de acumular reservas. A rubrica de Aplicações Financeiras registrou uma queda de 15,79% em 2017 em comparação a 2016 e encerrou o exercício em R\$ 62,59 milhões. Este resultado é devido, em grande parte, as supracitadas ações saneadoras adotadas pela CODESA em 2017.

Deve-se frisar que somente no mês de dezembro do exercício de 2017 foram provisionados R\$ 10,87 milhões. Ressalta-se que o valor provisionado é uma possibilidade de gasto futuro e não afeta diretamente o caixa da Companhia no exercício vigente. Portanto, as provisões são excluídas do cálculo do EBITDA. Outro destaque é o item de Variação Monetária Passiva. Esta rubrica, composta basicamente pela atualização do saldo da conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), registra os gastos líquidos com a atualização monetária dos passivos da Companhia, que por muitas vezes não estão sob o controle direto da CODESA. Em 2017, os dispêndios líquidos com a variação monetária totalizaram R\$ 14,19 milhões, crescimento de 24,36% em relação ao exercício anterior.

Devido ao crescimento das despesas operacionais complementares e, principalmente, ao alto valor provisionado no exercício de 2017, o resultado líquido da Companhia somou R\$ 25,62 milhões negativos no ano de 2017. Ressalta-se que não se vislumbra novos provisionamentos desta magnitude para os próximos exercícios.

O quadro seguinte apresenta a evolução do desempenho econômico-financeiro da CODESA ao longo dos últimos cinco anos.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DA CODESA (2013 - 2017)							
	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2013-2017	Varição 2016-2017
Receita Bruta	110.768.365	130.443.179	132.951.965	134.131.401	138.917.796	25,41%	3,57%
(-) Deduções	(11.775.243)	(14.605.318)	(14.683.581)	(14.918.625)	(15.397.145)	30,76%	3,21%
Receita Líquida	98.993.122	115.837.861	118.268.385	119.212.776	123.520.650	24,78%	3,61%
(-) Custos Serviços Portuários	(46.231.851)	(51.644.325)	(55.279.305)	(59.664.931)	(66.544.506)	43,94%	11,53%
Resultado Operacional Bruto	52.761.271	64.193.536	62.989.079	59.547.845	56.976.145	7,99%	-4,32%
(-) Despesas Administrativas	(42.308.140)	(50.237.783)	(56.291.780)	(62.041.308)	(67.230.436)	58,91%	8,36%
(-) Despesas Tributárias	(802.377)	(899.793)	(1.171.451)	(1.201.360)	(813.965)	1,44%	-32,25%
Resultado Operacional Antes de Resultado Financeiro	9.650.754	13.055.961	5.525.848	(3.694.823)	(11.068.256)	-214,69%	199,56%
(+/ -)Variação Monetária At./Pas.	(5.416.925)	(5.852.722)	(4.631.098)	(11.407.832)	(14.186.362)	161,89%	24,36%
(+/ -)Receitas Financeiras Líquidas	1.047.317	6.678.888	5.130.446	10.107.181	7.934.233	657,58%	-21,50%
(+/ -) Outras Rec/Desp Operacionais	3.981.401	4.139.359	6.385.233	5.742.632	(8.304.780)	-308,59%	-244,62%
Lucro Ope. Antes IR/CS	9.262.548	18.021.485	12.410.430	747.159	(25.625.164)	-376,65%	-3529,68%
(-) Imposto de Renda e CSLL	(2.419.863)	(3.774.228)	(1.272.144)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	6.842.685	14.247.257	11.138.286	747.159	(25.625.164)	-474,49%	-3529,68%
EBTIDA	18.241.839	23.318.079	15.932.480	4.430.256	(3.381.479)	-118,54%	-176,33%

Tabela 1 - Demonstrações de Resultado da CODESA (2013-2017)

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2017, o Porto de Vitória registrou movimentação de 6,915 milhões de toneladas, o que representou acréscimo de 6,25% em comparação com o ano anterior. Em contrapartida, os terminais administrados pela CODESA foram responsáveis pela movimentação de 3,6 milhões de toneladas, o que representou um aumento de 11,21% em relação ao ano anterior. Já as instalações arrendadas responderam por 3,36 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 1,39% comparado a 2016, resultado que proporcionou pequena melhoria nos indicadores de movimentação consolidados do Porto de Vitória.

Questões que se prolongaram, vindas de anos anteriores a 2016, como as obras de recuperação e ampliação do Porto, mas com a recuperação econômica do país e mesmo com a retração de outras grandes economias mundiais de quem sempre fomos parceiros históricos, proporcionaram uma pequena recuperação nos indicadores operacionais da CODESA com o aumento na movimentação de cargas.

Ainda assim, os terminais públicos apresentaram aumento no volume movimentado, principalmente pela expressiva movimentação de grãos sólidos, dos quais ferro gusa, cereais, concentrado de cobre e fertilizantes merecem destaque.

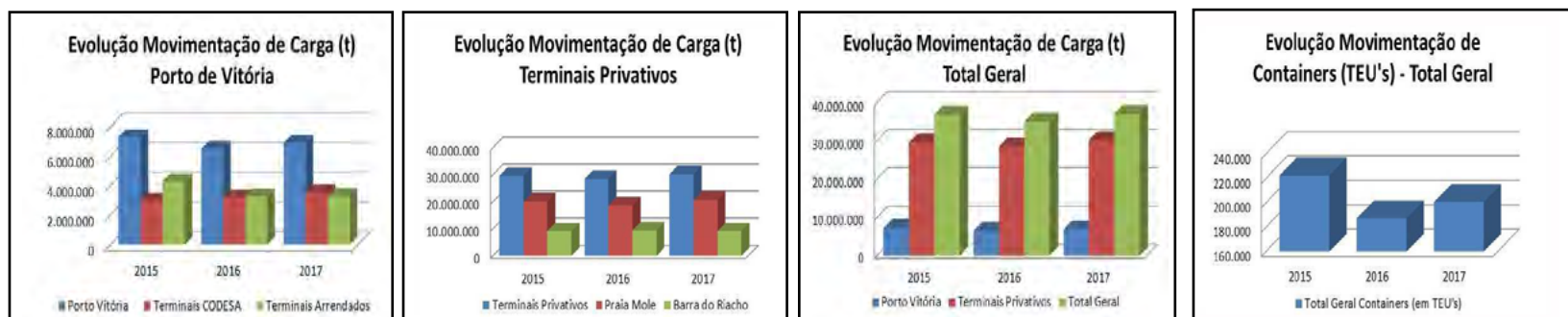
A movimentação de grãos líquidos teve grande crescimento em 2016, ampliando sua representação entre as naturezas de carga na análise da movimentação por natureza de carga.

O quadro a seguir mostra a evolução da movimentação de carga nos últimos três anos. Nesse período, verifica-se que os terminais do Porto de Vitória apresentaram acréscimo de 18,79% na movimentação de cargas. Os números reforçam os efeitos de uma melhoria no cenário no comércio exterior, principalmente pelo acréscimo na importação de mercadorias nos terminais da CODESA, contrastando pelas retrações nos terminais arrendados e privados.

Entretanto, o aumento na movimentação de cargas nos terminais públicos, principalmente pela exportação de cargas específicas, conforme menção acima, indica que, mesmo sob influência de um cenário desfavorável, o Porto de Vitória, dada sua característica multipropósito, com sua rápida adaptação ao cenário adverso, movimentando cargas que compensem as perdas de outras, têm potencial para manter o crescimento da atividade no médio prazo, principalmente considerando-se a conclusão de algumas obras e ações que garantirão ganhos operacionais aos portos locais.

DEMONSTRATIVO OPERACIONAL - MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS (PESO BRUTO - T)					
Terminal/Cais	2015	2016	2017	Varição (%) 2017-2015	Varição (%) 2017-2016
Porto Vitória	7.299.197	6.508.711	6.915.287	-5,26%	6,25%
Terminais CODESA	3.013.160	3.218.511	3.579.281	18,79%	11,21%
Cais Comercial	368.983	275.308	456.447	23,70%	65,80%
Cais Capuaba	1.900.722	1.782.194	1.738.427	-8,54%	-2,46%
Cais Paul-Gusa	743.455	1.161.009	1.384.407	86,21%	19,24%
Terminais Arrendados	4.286.037	3.290.200	3.336.006	-22,17%	1,39%
Terminal Vila Velha - TVV	3.253.352	2.919.783	2.899.811	-10,87%	-0,68%
Terminal PEIÚ	361.656	229.646	365.733	1,13%	59,26%
Flexibras	72.481	66.602	69.094	-4,67%	3,74%
CPVV	598.548	74.170	1.368	-99,77%	-98,16%
Terminais Privativos	29.675.733	28.581.309	30.225.256	1,85%	5,75%
Praia Mole	20.131.560	18.759.955	20.764.583	3,14%	10,69%
Barra do Riacho	9.202.010	9.507.994	9.254.494	0,57%	-2,67%
Barra do Riacho - Portocel	6.449.689	6.722.152	6.851.432	6,23%	1,92%
Barra do Riacho - Barcaças	2.752.321	2.785.842	2.403.062	-12,69%	-13,74%
TABR - Petrobras - Barra do Riacho**	342.163	313.360	206.179	-39,74%	-34,20%
Total Geral	36.974.930	35.090.020	37.140.543	0,45%	5,84%
Total Geral Containers (em TEU's)	222.556	187.442	200.775	-9,79%	7,11%

Fonte: Codesa Online / Antaq. Elaboração: COPLAD-CODESA
Tabela 2 - Demonstrativo Operacional - Movimentação de Cargas (Peso Bruto - t)



Fonte: Codesa Online / Antaq. Elaboração: COPLAD-CODESA
Figura 1 - Evolução da Movimentação de Carga (t)

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

As principais cargas movimentadas no Porto de Vitória em 2017 foram ferro gusa; fertilizantes, gasolina, óleo diesel, álcool e outros combustíveis; coque de hulha/hulha antracita; malte, trigo e milho; fertilizantes; coque de hulha; cobre e seus concentrados; mármore e granitos e soda cáustica. O gráfico abaixo ilustra as cargas movimentadas, ordenadas segundo a quantidade total.



Fonte: Codesa Online / Antaq. Elaboração: COPLAD-CODESA
Gráfico 1 – Movimentação de Cargas nos Terminais Administrativos pela CODESA 2017(t)

ANO 2017		
PRINCIPAIS MERCADORIAS	UNID.	TOTAL (A)
MÁQS EMPILHADS., ESCAVADS. e OUTRAS, SUAS PARTES E PEÇAS	ton	17.148
MINERAIS DIVERSOS	ton	21.323
AUTOMÓVEIS (unid.)	unid.	22.206
VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E SUAS PARTES E PEÇAS	ton	22.314
TRILHOS DE FERRO E AÇO	ton	36.951
TUBOS E EQUIPAMS. ACESS. P/ PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO	ton	82.246
SODA CÁUSTICA - GL	ton	123.624
CARGA DE APOIO(*)	ton	137.069
OUTROS PRODUTOS SIDERÚRGICOS	ton	227.825
MÁRMORES, GRANITOS. QUARTZITOS E OUTROS	ton	236.444
COBRE, OUTROS MINÉRIOS DE COBRE E SEUS CONCENTRADOS	ton	251.325
MALTE, TRIGO E MILHO	ton	396.604
COQUE DE HULHA / HULHA ANTRACITA	ton	543.127
GASOLINA, ÓLEO DIESEL, ÁLCOOL E OUTROS COMBUSTÍVEIS	ton	586.462
FERTILIZANTES	ton	728.011
FERRO GUSA	ton	809.808
TOTAL GERAL		4.225.339

(*) Carga de apoio a plataforma, peças (suporte), caixas e acessórios diversos
Fonte: Codesa Online / Antaq. Elaboração: COPLAD-CODESA
Tabela 3 – Principais Mercadorias Movimentadas pela CODESA no Ano de 2017

Em 2017, o Porto de Vitória recebeu 1.270 atracções, o que representou uma retração de 27,80% em relação a 2016, puxada principalmente pela menor quantidade de atracções de embarcações de apoio às plataformas de petróleo, nicho afetado severamente pela crise da Petrobras. Os Terminais da CODESA apresentaram um decréscimo de 11,96% nas atracções, enquanto que os Terminais Arrendados apresentaram uma retração de 42,15% no ano, fato acompanhado pelos Terminais Privativos, que experimentaram uma redução de 14,10% no número de embarcações atracadas no ano.

Apesar de ser uma melhora no desempenho do porto, com reflexos na redução da fila de navios na barra, a queda do indicador de tempo médio de espera, retrata também menores demandas de chamadas para atracções, conforme apontado em quadro de volume de atracções abaixo. Os quadros seguintes apresentam a evolução dos principais indicadores operacionais do Porto de Vitória e dos Terminais Privativos.

DEMONSTRATIVO OPERACIONAL - Nº ATRACÇÕES					
Terminal	2015	2016	2017	Varição	Varição
				2017-2015	2017-2016
Porto Vitória	3.729	1.759	1.270	-65,94%	-27,80%
Terminais CODESA	1.198	836	736	-38,56%	-11,96%
Terminais Arrendados/CPVV	2.531	923	534	-78,90%	-42,15%
Terminais Privativos	1.559	1.993	1.712	9,81%	-14,10%
Praia Mole	543	525	524	-3,50%	-0,19%
Barra do Riacho	935	1.394	1.127	20,53%	-19,15%
TABR - Petrobras - Barra do Riacho	81	74	61	-24,69%	-17,57%
Total Geral	5.288	3.752	2.982	-43,61%	-20,52%

Fonte: Codesa Online / Antaq. Elaboração: COPLAD-CODESA
Tabela 4 – Demonstrativo operacional – nº atracções

DEMONSTRATIVO OPERACIONAL - TAXA MÉDIA DE OCUPAÇÃO BERÇO					
Berço	2015	2016	2017	Varição	Varição
				2017-2015	2017-2016
Porto Vitória					
Terminais CODESA					
Capuaba					
Capuaba 201	89,94%	56,55%	52,01%	-42,17%	-8,03%
Capuaba 202	58,77%	60,13%	61,89%	5,31%	2,93%
Capuaba 207*	28,77%	-	-	-	-
Terminal Paul					
Paul 905	88,10%	75,36%	81,46%	-7,54%	8,09%
Terminal São Torquato					
São Torquato 902	9,66%	-	-	-	-
Vitória					
Cais Comercial 101	86,73%	49,45%	54,51%	-37,15%	10,23%
Cais Comercial 102	90,17%	81,01%	63,60%	-29,47%	-21,49%
Cais Comercial 103	76,83%	76,50%	71,98%	-6,31%	-5,91%
Cais Comercial 104**	-	-	-	-	-
Terminais Arrendados					
Terminal Ilha do Príncipe - Flexibrás					
Flexibrás 906	38,07%	73,80%	75,84%	99,21%	2,76%
Terminal Peiu					
Peiú 206	47,22%	43,72%	51,07%	8,15%	16,81%
Terminal TVV					
TVV 203	42,94%	47,21%	52,29%	21,77%	10,76%
TVV 204	56,24%	46,44%	52,48%	-6,69%	13,01%

*Berço 207 em obra
** Berço disponibilizado para apoio a operações offshore
Fonte: CODESA Online / ANTAQ. Elaboração: COPLAD-CODESA
Tabela 5 – Demonstrativo operacional – Taxa Média de ocupação de berço

DEMONSTRATIVO OPERACIONAL - TEMPO MÉDIO DE ESPERA DE NAVIOS (H)					
Terminal	2015	2016	2017	Varição	Varição
				2017-2015	2017-2016
Porto Vitória					
Terminais CODESA					
Vitória	10,83	7,63	17,30	59,74%	126,74%
Capuaba	21,95	30,93	52,50	139,18%	69,74%
Terminal Paul-Gusa	14,78	32,97	53,00	258,59%	60,75%
Terminal São Torquato	71,63	-	-	-	-
Terminais Arrendados/CPVV					
Terminal Vila Velha - TVV	14,37	11,38	22,60	57,27%	98,59%
Terminal Peiú	14,05	10,06	14,90	6,05%	48,11%
Terminal Ilha do Príncipe - Flexibrás	9,70	6,13	3,30	-65,98%	-46,17%
Cia. Portuária de Vila Velha - CPVV	31,85	20,28	6,20	-80,53%	-69,43%
Terminais Privativos					
Praia Mole	126,88	133,35	375,60	196,03%	181,66%
Barra do Riacho	11,50	12,00	86,70	653,91%	622,50%
TABR - Petrobras - Barra do Riacho	106,60	93,94	25,50	-76,08%	-72,86%
Terminal de Bento Ferreira (Zemax)	1,67	2,06	1,08	-35,33%	-47,57%

Fonte: Codesa Online / Antaq. Elaboração: COPLAD-CODESA
Tabela 6 – Demonstrativo Operacional – Tempo Médio de Espera de Navios (h)

3. INVESTIMENTOS

Em 2017, os recursos investidos no Porto de Vitória totalizaram R\$ 42, 155 milhões, dos quais R\$ 1.528 milhões tem origem orçamentária própria (recursos próprios) e R\$ 40.626 milhões se originam do Orçamento Geral da União (OGU), conforme se apresenta em detalhamento do quadro abaixo:

INVESTIMENTOS - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
RUBRICAS	Valores Executados [R\$]		
	2016	2017	Varição 2017/2016
INVESTIMENTOS	49.973.732	40.626.751	- 18,70%
RECURSOS PRÓPRIOS	490.873	1.528.569	211,40%
Manutenção e Adeq. Ativos. Inf. Teleprocessamento	45.750	4.798	- 89,51%
Adequação Instalações de Circulação Porto Vitória	-	-	-
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	372.492	340.572	-8,57%
Manutenção Adeq. Bens Móveis, Veic. Máq. e Equip.	72.631	55.562	- 23,50%
RECURSOS DA UNIÃO	49.482.859	39.098.182	- 20,99%
Construção Cais Região Dolphins Atalaia Porto Vitória	38.934.973	28.740.174	- 26,18%
Implantação Sist. Apoio Gerenc. da Infraest. Portuária	-	-	-
Readequação Pátio Estocag P/ Carga Pesada C.Comerc.	1.185.755	-	-
Implantação Sist. Apoio Gestão de Tráfego de Navios	8.886.901	2.267.876	- 74,48%
Implantação Sist. Port. Monit. Cargas e Cadeia Logist.	475.230	6.590.132	1286,72%

Tabela 7 - investimentos - Execução Orçamentária

Destacamos como principais ações os investimentos na intervenção do novo cais na região dos dolphins do Atalaia, a efetiva implantação e operação do sistema de apoio à gestão de tráfego de navios - Vessel Traffic Management Information System (VTMIS) e a intervenção de implantação do sistema portuário de monitoramento de cargas e cadeia logística do Porto de Vitória, temas que estão devidamente expostos na sessão Fatos Relevantes deste documento.

4. RECURSOS HUMANOS

No ano de 2017 a Codesa apostou em ações de integração entre seus empregados, investindo em projetos culturais, sociais e esportivos, tais como Cine Porto, Café com Saúde e Porto com Saúde. Investiu também em reforma e novas instalações para a Coordenação de Recursos Humanos, oferecendo ambiente amplo e propício ao atendimento dos funcionários.

Quando ao Treinamento e Capacitação do seu quadro funcional, ofertou, no período de março a novembro, cursos através do Plano de Capacitação, mapeados e discutidos pelo Comitê de Capacitação com base em levantamento das necessidades de cada área de atuação, além de ter firmado convênios com Instituições de Ensino para oferta de descontos em mensalidades a empregados e dependentes.

Cumprindo seu papel social, a empresa também implementou ações com resultados significativos, entre os quais representam o 1º Programa de Preparação para Aposentadoria: "Cultivando o Amanhã", Palestra de orientação profissional aos estagiários da Companhia, Programa de Contratação de Adolescentes Aprendizes e Parceria com os Correios em Programa Solidário.

Merece registro a significativa implantação dos Programas de Incentivo à Demissão, denominados Plano de Demissão Assistida (PDA) e Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV). Esta ação foi aprovada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e teve grande repercussão na empresa, com adesão de mais de 20 empregados já aposentados.

Como ação inovadora em Recursos Humanos, o ano de 2017 foi contemplado com o 1º Desafio Codesa - Jogos de Empresas, evento que marcou o Encerramento do Exercício com criatividade, inovação e incentivo ao empreendedorismo.

5. MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA

A preservação ambiental e a manutenção das condições de saúde e segurança do trabalhador portuário têm se tornado cada vez mais foco de preocupação da Administração Portuária, que demonstrou de forma bem dinâmica suas ambições e expectativas. Na área ambiental destaca-se a obtenção do parecer positivo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), para aprovação do Plano de Área do Espírito Santo (PAES), que tem como objetivo integrar os diversos PEI's das instalações portuárias do Espírito Santo para o adequado combate à poluição por óleo no mar em toda a costa capixaba.

Além da intensificação das ações visando o cumprimento da Licença Ambiental de Regularização nº 006/2014 (LAR 006/2014), com a realização periódica dos monitoramentos ambientais de emissão de fumaça pelos caminhões que circulam no Porto de Vitória, da qualidade da água, biota e sedimentos da Baía de Vitória, no ano de 2017 a CODESA realizou dois simulados de exercício de resposta a vazamento de óleo no mar do seu Plano de Emergência Individual (PEI). Outra ação realizada no ano de 2017 foi o início das quantificações dos impactos ambientais na área do antigo Terminal de Granéis Líquidos de São Torquato.

Na área de saúde e segurança do trabalhador portuário, a Companhia também manteve seus esforços no combate do Aedes aegypti, vetor de doenças que são preocupação junto da população brasileira, tais como a dengue, Chikungunya e Zika. Em 2017, houve uma nova preocupação: o retorno da ocorrência da febre amarela. Nesse sentido, a CODESA juntou esforços com o sistema público de saúde, promovendo campanha de vacinação contra essa epidemia dentro do Porto de Vitória.

6. IMAGEM E RELACIONAMENTO CORPORATIVO

O Porto de Vitória foi destaque pela relevante presença na feira Intermodal South América 2017. Desta vez, a CODESA inovou e realizou uma série de apresentações em um mini auditório, potencializando a promoção do porto e parceiros no evento. Além disso, promovemos uma reunião com as equipes de Marketing e Comunicação dos portos brasileiros em nosso espaço.

A realização da 1ª Conferência Internacional de Portos no Espírito Santo marcou o mês de julho. Criada a partir de uma parceria entre o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) e a CODESA, a conferência atraiu público de 350 pessoas/dia, mais de 18 representantes de Portos brasileiros, e autoridades de diversos órgãos como ANTAQ, Secretaria Nacional de Portos, Capitania dos Portos e contou palestras de especialistas internacionais no setor, que falaram sobre estratégias de mercado, as novas políticas fiscais, modelos de gestão, dentre outros temas do universo portuário. O sucesso foi tanto que há perspectivas de novas edições do evento.

A realização da Casa Cor Espírito Santo foi um marco na promoção do porto em 2017, com a utilização dos armazéns do Porto (4, 5 e anexo) para a mostra de design. O evento foi sucesso de público e inclusive serviu de atrativo para a recepção de Cruzeiro Marítimo da temporada de 2017, uma vez que os turistas internacionais visitaram os restaurantes e lojas da Casa Cor durante sua estada em Vitória. Como forma de potencializar a experiência do visitante, a CODESA preparou um aplicativo interativo touchscreen que apresentou o porto e seus novos projetos, e que poderá ser utilizado em diversas apresentações do porto.

O Programa de Visitas da Cidade ao Porto, mantém sua qualidade e sua missão de integrar a comunidade escolar e acadêmica ao porto. Nesse ano, foram quase 2000 visitantes que participaram do Projeto, que além de contar com a apresentação institucional especializada preparada pelo Marketing, recebe o importante apoio de áreas técnicas da Companhia

Finalmente, o 1º Edital de Patrocínios CODESA, que propôs a normatização da recepção de projetos de patrocínio, possibilitou, entre outras coisas, maior transparência e controle no processo de apreciação, escolha e fiscalização de projetos de marketing patrocinados pela empresa.

7. FATOS RELEVANTES

7.1. Obras do novo Cais do Atalaia

A posição do Porto de Vitória como terminal de uma vasta hinterlândia abrangendo, além do Estado do Espírito Santo, os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, aliada ao sistema logístico de rodovias e ferrovias que para ele convergem, induz que por aqui sejam movimentados os mais variados tipos de carga.

O Cais Corrido do Atalaia - Berço 207, localizado em Vila Velha, ES, anteriormente operava somente com granéis líquidos, através de atracação em Dolphins. O empreendimento, ora em construção, está concebido à diversificação das cargas movimentadas no Porto de Vitória, atenderá, além dos granéis líquidos, navios de carga geral e de granéis sólidos.

7.2. Obras de dragagem de aprofundamento e derrocagem

A dragagem de aprofundamento foi concluída em 2017. Os resultados parciais da dragagem já foram homologados, e a perspectiva da CODESA é que a Capitania dos Portos autorize os ganhos operacionais parciais ainda no primeiro trimestre de 2018, aonde o calado passará a ser de 11,20 m. A batimetria final para obtenção de ganhos além de 11,20 m está em processo de homologação na Marinha do Brasil e a CODESA já está contratando estudo de manobrabilidade e revisão do projeto de sinalização náutica, com a expectativa de obter os ganhos finais da obra no segundo semestre de 2018.

7.3. Cadeia Logística Portuária Inteligente - CLPI

O Projeto Cadeia Logística Portuária Inteligente tem por objetivo a introdução de um processo inovador amparado pelo Sistema da Informação denominado PORTOLOG, que permitirá o gerenciamento do tráfego de caminhões que acessam o porto, coletando informações desde a origem da carga até seu terminal portuário de destino, possibilitando a difusão de informações antecipadas à comunidade portuária, facilitando assim a programação dos recursos para agilizar as operações. Com isso, o processo logístico deve ganhar mais segurança, celeridade e índices expressivos de desempenho.

No total estão sendo construídos 8 novos gates em Vila Velha, quatro entradas e quatro saídas, e 2 em Vitória, com uma entrada e uma saída, além de edificação de apoio a operação, nas duas margens, e toda a parte de infraestrutura no entorno aos gates. Ademais o projeto contempla a implantação de sistemas de controle aos acessos, através de câmeras, leitores OCR, etiquetas inteligentes para caminhões e equipamentos de rádio frequência, permitindo acesso ao Porto, apenas os caminhões pré-agendados, que aguardarão em pontos de apoios disponibilizados para esta finalidade.

7.4. Vessel Traffic Management Information System - VTMIS

Foram concluídos os treinamentos práticos em serviço (OJT - On the Job Training) para as equipes operacionais, a implantação do sistema de informação e gerenciamento do tráfego de embarcações (VTMIS) e iniciada a fase de manutenção e operação assistida.

O Serviço de Controle do Tráfego de Embarcação de Vitória entrou em funcionamento em 04 de setembro de 2017 e agora, de forma definitiva, homologado pela Autoridade Marítima do Brasil.

De acordo com a Portaria nº191/DHN, de 9 de outubro de 2017, e publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 18 de outubro de 2017, o Vitória VTS recebeu, de fato, a licença de operação para fornecer informações aos navegantes cujas embarcações entrem na área de cobertura do seu sistema.

Em 2017, o VTMIS Vitória contribuiu com a segurança da navegação, com a salvaguarda da vida humana no mar e com o meio ambiente, evitando acidentes marítimos; acionou os órgãos responsáveis por prestação de socorro e salvamento; transmitiu informações de tráfego aos comandantes

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

para controle de situações e atendeu aos pedidos de socorro.

Com a atuação rápida e eficiente, foram evitadas perdas de vidas humanas no mar e derramamento de óleo no mar. Houve o incremento da segurança na área de responsabilidade.

Somando todas as ações de controle do tráfego marinho na área de abrangência do VTMIS foram mais de 38 mil registros, nos últimos 3 meses de 2017. Foram situações de atracação, desatracação, fundeio, movimentações dentro da área do VTS e informações importantes para os navegantes.

7.5. Equacionamento do PORTUS

A União, por meio da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, órgão do Ministério do Planejamento, por meio da Nota Técnica 23889/2017-MP, aprovou alternativa estruturada pela CODESA visando solucionar o impasse de solvência do Instituto de Seguridade dos Portuários – PORTUS que está sob intervenção desde agosto de 2011.

Desde aquela época o Governo Federal implementou várias ações visando solucionar as dificuldades do Portus que, atualmente, acumula mais de R\$ 3 bilhões de déficit, estando em um estágio de finanças tão combalidas que não há mais condições de honrar os benefícios. A partir deste diagnóstico, a diretoria da CODESA, sensível ao grave problema que se apresentava para o conjunto dos empregados, designou uma comissão formada por empregados da própria CODESA que tinham afinidade com o tema, que se debruçaram sobre a questão, e, com a participação de um atuário (especialista) capitaneou a elaboração do plano de equacionamento, divulgado em 2017, prevendo o aumento do percentual dos participantes da ativa de 9% para 27,75%, dos aposentados de 10% para 28,77% e dos pensionistas de 6% para 24,77%. O novo plano do PORTUS, protagonizado pela CODESA, foi aprovado por todas as instâncias envolvidas na solução do problema, tais como: Companhias Docas e Ministério dos Transportes e SEST. As novas normas começam a valer em 1º de abril de 2018, sendo imprescindíveis para evitar a decretação de falência que traria um quadro sombrio de indefinição para todos os participantes.

O Portus tem, aproximadamente, 10 mil participantes divididos em ativos (1.659), aposentados (4.884) e pensionistas (3.455).

7.6. Programa de Modernização da Gestão Portuária - PMGP

Ao final do ano de 2016 iniciamos o Programa de Modernização da Gestão Portuária – PMGP, buscando o desenvolvimento e a implementação da melhoria da gestão, na busca da geração de competitividade ao Porto Público. Essa ação se torna relevante, principalmente, após a publicação da Lei nº12.815, de 5 de junho de 2013, que promoveu grandes mudanças no setor portuário brasileiro, frente ao objetivo de aumentar exponencialmente a capacidade de movimentação de cargas e reduzir os gargalos logísticos e os custos dos usuários desses portos, com ênfase na modernização da infraestrutura portuária e na eficiência de sua gestão.

Através do PMGP, busca-se equacionar os problemas que se situam, inicialmente, não só no âmbito dos processos logísticos do porto, como também dos processos internos das companhias docas, como condição necessária para uma eficiente ação de gestão portuária e de sua relação com os demais intervenientes públicos e privados. A conclusão dos trabalhos está prevista para o mês de Maio / 2018.

7.7. Centro Nacional de Referência em Tecnologia Portuária

Foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Federal do Espírito Santo – IFES, a Universidade Federal do Espírito Santo e a Codesa, a fim de estabelecer ações conjuntas destinadas à implantação do Centro de Referência em Tecnologias Portuárias do Espírito Santo, como importante ferramenta para contribuir efetivamente para a melhoria da eficácia da gestão portuária no Estado do Espírito Santo, através do desenvolvimento e aplicação de conhecimentos inovadores na seara portuária, com foco na evolução tecnológica voltada para aparelhamento da infra e superestrutura portuária.

O Acordo prevê a possibilidade de celebração de Termos Aditivos para desenvolvimento de projetos específicos pelos participantes. No momento, a Codesa está finalizando o primeiro Plano de Trabalho Específico do Acordo, cujo escopo inclui pesquisa operacional para proposição de metodologia de seleção de processos críticos e indicadores de monitoramento e avaliação dos fluxos logísticos portuários, proposição de metodologia para estruturação do Centro de Monitoramento Integrado, preparação das equipes da Codesa para aplicação das metodologias desenvolvidas e capacitação de equipes da Codesa.

7.8. Concessão do Porto de Barra do Riacho

Propusemos a Concessão do Porto de Barra do Riacho, com investimento de mais de 3 bilhões de reais e que vai gerar quase 20 mil empregos diretos e indiretos já na fase de obras. Os estudos serão concluídos ainda no primeiro semestre de 2018 com o apoio da Federação das indústrias do ES e pretendemos licitá-lo com a ajuda do Governo Federal em setembro de 2018. O Porto de Barra do Riacho será o maior complexo portuário do Brasil, trazendo de Volta a capacidade logística do Estado.

8. AGRADECIMENTOS

Renovamos nossos agradecimentos aos nossos acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviço.

Vitória, 22 de fevereiro de 2018.

DIRETORIA EXECUTIVA

Luis Claudio Santana Montenegro
Diretor Presidente

Guilherme Fernandes Magalhães
Diretor de Infraestrutura e Operações

Mayhara Monteiro Pereira Chaves Gagno
Diretora de Planejamento e Desenvolvimento

Roberto Carlos Teles Braga
Diretor de Administração e Finanças

Aprovado na 1720ª reunião ordinária da Diretoria Executiva – DIREXE, em 02 de março de 2018

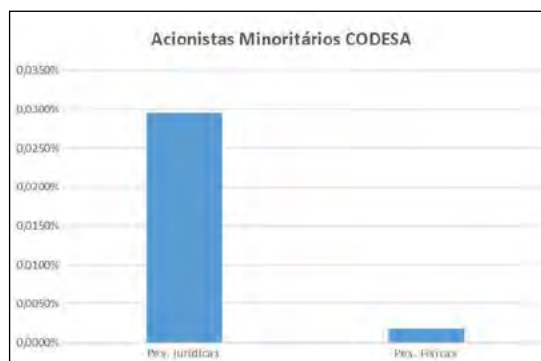
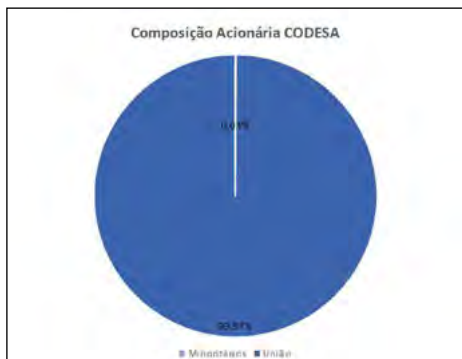
CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017

Em conformidade com a Lei 13.303/16, nos termos do art. 8º, incisos I, III e VIII, a presente carta corporativa tem por finalidade explicitar os compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas da Companhia Docas do Estado do Espírito Santo – CODESA, no ano de 2018, em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para sua criação, definindo claramente os recursos a serem empregados para esse fim, bem como divulgando informação relevantes, em especial as relativas à composição acionária, atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, metas a serem desenvolvidas, dados econômico-financeiros, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração.

1. Composição Acionária

O capital social da CODESA é de R\$297.940.097, correspondentes a 2.316.177.141 ações ordinárias, sem valor nominal, de classe única, autorizado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 23/06/2015 e homologado na AGE de 20/11/2015, sendo a União Federal a acionista majoritária, com das 99,45368183% ações, o Governo do Estado do Espírito Santo com 0,54631629% e a RIOINVEST Consultoria Empreendimentos Participações Ltda, com 0,00000188% representadas no gráfico abaixo. Composição Acionária da Companhia Docas do Estado do Espírito Santo – CODESA

A composição acionária da CODESA em 2017 é representada pela figura abaixo.



2. Interesse público subjacente às atividades empresariais

A Companhia Docas do Estado do Espírito Santo (CODESA), constitui-se em uma Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e tem como competência principal administrar o Porto de Vitória e Barra do Riacho.

O objeto social da Companhia é exercer as funções de Autoridade Portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Espírito Santo.

Sua história teve início na segunda metade do século XIX com o crescimento da cultura cafeeira. Na época, o embarque de cargas era feito no atacadouro denominado Cais do Imperador - simples cais de madeira (trapiche) que ficava onde hoje se localiza a escadaria do Palácio Anchieta (sede do Governo do Estado do Espírito Santo). Datam de 1881 os primeiros estudos para a construção do Porto de Vitória. Mas, em função do baixo comércio da região e a falta de estradas que ligassem ao interior, o projeto se delongou no tempo.

Em 28 de março de 1906, o Governo Federal autorizou à Companhia Porto de Vitória (CPV) a execução de 1.130m de cais na faixa da Vila Rubim, região contígua ao espaço geográfico do Porto de Vitória. Por questões econômicas, a obra passou por diversas paralisações. Em 1924, a União Federal encampou a concessão dada à CPV e transferiu-a ao Governo Estadual. Essa primeira fase de construção só terminaria em 1927. No ano seguinte, foi aprovada a segunda fase da obra do Cais de Vitória, que incluiu a construção dos

armazéns I e II (concluídos em 1929), e o III (1932). A inauguração ocorreu em 03 de novembro de 1940, assinalando o começo do atual complexo portuário. Naquele ano, aconteceu o primeiro embarque de minério de ferro. No entanto, o fato geográfico da capital capixaba situar-se em uma ilha, dificultava a chegada ao cais de mercadorias vindas do interior, inviabilizando o desenvolvimento do porto. A ligação da parte sul de Vitória com o continente deu-se com a inauguração da Ponte Florentino Avidos, em 27 de junho de 1928, possibilitando a implantação do acesso ferroviário, concluído em 1942. Ainda nos anos de 1940, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) montou a estação de embarque de minério no morro do "Péla Macaco" (hoje, desativada), em Vila Velha. Na mesma época, e no mesmo município, houve a construção do Terminal de Graneis Líquidos e a instalação dos Cais de Paul. Já na década de 1970 foi inaugurado o Cais de Capuaba, em Vila Velha. Em 1983 foi criada a CODESA. Cinco anos depois, portaria do Ministério dos Transportes estabeleceu a área do Porto Organizado de Vitória (municípios de Vitória e Vila Velha) e Barra do Riacho (Aracruz), época em que também foi extinta a Portobrás, determinando, assim, a descentralização dos serviços da União Federal para as Companhias Docas. Conforme determinado pela Lei 12.815/2013, a CODESA criou a nova poligonal do Porto Organizado de Vitória. O Cais Comercial de Vitória passou por obras no início desta década: obra de reforma, alargamento e ampliação dos berços 101 e 102 concluída em 2013. O comprimento da faixa do cais passou de 356m para 456m. Já o pátio de estocagem e manuseio de cargas aumentou de 26.000m² para 40.000m². Foi o maior investimento no Porto de Vitória desde a construção do Cais de Capuaba nos anos de 1970.

O Porto de Vitória tem catorze berços de atracação e opera mais de trinta tipos de cargas, entre importação e exportação, como contêiner, trigo, automóveis, produtos siderúrgicos, malte, rochas ornamentais, concentrado de cobre, fertilizantes, graneis líquidos, entre outros, incluindo o serviço às embarcações offshore. Conta, ainda, com pátios para montagem e armazenamento de peças e equipamentos. Sua moderna infraestrutura atende a operadores, agentes e armadores.

A Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, assume um importante papel na economia capixaba, uma vez que o complexo portuário do Espírito Santo - um dos maiores da América Latina - é de suma importância para o desenvolvimento do Estado. É responsável por cerca de 9% do valor exportado e por 5% do valor importado pelo país. No total, movimenta em torno de 45% do PIB Estadual. Sua estrutura permite a movimentação de diversos tipos de carga. A COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA, esta investida, por delegação legal, como Autoridade Portuária do Espírito Santo. Tal como todas as demais empresas estatais, a CODESA está submetida aos ditames da Lei 13.303/2016, conhecida popularmente como "Lei das Estatais".

3. Atividades desenvolvidas

A Companhia Docas do Espírito Santo tem suas atividades empresariais focadas no setor portuário, atuando no complexo portuário de Vitória e Barra do Riacho, administrando-o e, concomitantemente, exercendo o papel institucional de Autoridade Portuária por atribuição disposta na Lei 12.815/13, marco regulatório dos portos, que preceitua no artigo 17 ser a Administração Portuária exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária.

Desta forma, em perfeito alinhamento com o interesse público, a CODESA trabalha no desenvolvimento de atividades subordinadas às Políticas Públicas do Setor Portuário e ao seu objeto social, conforme artigos 3º e 4º do Estatuto Social da CODESA, exercendo, dentre diversas outras, sem exclusão de outros casos atribuídos em lei e à administração do Porto Organizado, em especial a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, o Decreto 9.048, de 10 de maio de 2017 e o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2.013, as seguintes atividades:

- I.** Cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos e os contratos de concessão;
- II.** Assegurar o gozo das vantagens decorrentes do melhoramento e aparelhamento do porto ao comércio e à navegação;
- III.** Pré-qualificar os operadores portuários, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder concedente;
- IV.** Arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades;
- V.** Fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias;
- VI.** Fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;
- VII.** Promover a remoção das embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto;
- VIII.** Autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;
- IX.** Autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;
- X.** Suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, inclusive com base no Sistema de Informação e Gerenciamento de Tráfego de Embarcações (VTMIS), ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;
- XI.** Reportar infrações e representar perante a ANTAQ, visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades em lei, em regulamento e nos contratos;
- XII.** Adotar as medidas solicitadas pelas demais autoridades no porto;
- XIII.** Prestar apoio técnico e administrativo ao conselho de autoridade portuária e ao órgão de gestão de mão de obra;
- XIV.** Estabelecer o horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e as jorna-

das de trabalho no cais de uso público;

- XV.** Organizar a guarda portuária, em conformidade com a regulamentação expedida pelo poder concedente;
 - XVI.** Promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade;
 - XVII.** Promover a realização de obras e serviços necessários à proteção dos portos ou de seus acessos, sob sua jurisdição ou responsabilidade;
 - XVIII.** Fiscalizar as áreas e instalações arrendadas, dentro dos limites dos portos organizados da CODESA;
 - XIX.** Elaborar, revisar e submeter à aprovação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ dos portos sob sua competência ou cuja administração esteja sob sua responsabilidade;
 - XX.** Estabelecer, se necessários, escritórios ou representações;
 - XXI.** Elaborar o edital e realizar os procedimentos licitatórios para contratos de concessão e arrendamentos, sempre que determinado pela Secretaria Nacional de Portos, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, nos termos do parágrafo 5º do artigo 6º da Lei nº 12.815/2013;
 - XXII.** Estabelecer o regulamento de exploração do porto, incluindo o Sistema de Informação e Gerenciamento de Tráfego de Embarcações (VTMIS), observadas as diretrizes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;
 - XXIII.** Decidir sobre conflitos que envolvam agentes que atuam no porto organizado, ressalvadas as competências das demais autoridades públicas;
 - XXIV.** Explorar, direta ou indiretamente, as áreas não afetadas às operações portuárias, desde que as destinações estejam previstas no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto a critério da Secretaria Nacional de Portos, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; e,
 - XXV.** Exercer a coordenação das comissões locais de autoridades nos portos.
- Parágrafo único - o disposto nos incisos IX e X do caput não se aplica à embarcação militar que não esteja praticando comércio, nos termos do parágrafo 3º do artigo 17 da Lei 12.815/2013.

4. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

A CODESA no desenvolvimento de suas atividades exerce boas práticas de governança corporativa e transparência, na consecução de políticas públicas, utilizando-se de sistemas eficazes de controle interno, que monitorem processos estratégicos, sistêmicos, operacionais e financeiros, atuando na prevenção de conflitos de interesse e atos de corrupção e exercendo uma gestão eficiente, orientada por objetivos definidos e resultados mensuráveis. A missão da Companhia Docas é desenvolver, administrar e fiscalizar o Porto de Vitória e Barra do Riacho, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes aos armadores, arrendatários, operadores portuários e terminais de uso privado (TUPs), bem como apoiar o poder público, o comércio e o desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental. A visão é ser uma Autoridade Portuária modelo em agilidade e competitividade, líder em eficiência, segurança e sustentabilidade, com foco em resultados e orientada à valorização do capital humano, de forma a tornar o Porto de Vitória cada vez mais competitivo.

5. Recursos para custeio das políticas públicas

As atividades desenvolvidas pela Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, são custeadas com recursos próprios, advindos das receitas tarifárias arrecadadas em decorrência da movimentação de carga, receita patrimonial (calculada por metro quadrado de área, MMC - Movimentação Mínima Contratual e Sítio Padrão), oriunda dos arrendamentos de área e, ainda, receitas de aplicações financeiras. Parte da Receita Patrimonial é destinada a investimentos na infraestrutura da CODESA.

Para a execução de investimentos de grande porte na infraestrutura (projetos específicos, obras), a CODESA conta com a participação da União (Acionista Majoritária) através de recursos repassados pelo Tesouro Nacional, mediante lei específica, e contabilizados como créditos para aumento de capital.

6. Comentários dos Administradores sobre o desempenho

A Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA desenvolveu e implementou ações e procedimentos para alavancar seu desempenho operacional no decorrer do ano de 2017 que, sem sombras de dúvidas, entra para a história da CODESA como um ano de grandes realizações.

Foram ações e projetos que propiciaram avanços e consolidação de perspectivas, ainda que em um momento de retração econômica, para que o complexo portuário administrado pela CODESA se projete como a melhor estrutura para os negócios da cadeia produtiva portuária brasileira, pois, muito além de ser Autoridade Portuária, a gestão institucional e comercial da CODESA, por firme e determinado compromisso da diretoria e do quadro de gestores e colaboradores, engalou-se na consolidação da interlocução e parceria com a sociedade, modo geral, considerando, substancialmente, que as instalações portuárias se situam dentro das próprias cidades, derivando daí a preponderância de interação nas vertentes e aspectos que permeiam ambos os interesses, porto-cidades.

Firmando uma perspectiva de crescimento econômico e geração de emprego e renda que necessitam de capacidade portuária mais adequada ao dinamismo da economia do Espírito Santo e toda a região atendida pelo Porto de Vitória. Foi concluída a implantação do Sistema de Gerenciamento de Tráfego de Navios (VTMIS) e somos o primeiro Porto do Brasil a contar com um conjunto homologado de equipamentos e radares que, ao tempo que permitem maior segurança nas nossas operações, nos permite sermos mais produtivos, ampliando nossa capacidade operacional.

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

Foram formalizados acordos portuários com a Ásia, Europa e América do Norte para a criação de linhas diretas de navegação para transporte de carga geral, a partir do Porto de Vitória, para esses continentes, permitindo ao comércio exterior capixaba também mais competitividade na formação dos fretes marítimos que compõem os custos de exportação e estão refletidos no dia a dia de toda a sociedade.

Deu-se início ao projeto de pesquisa que apresentará ao Governo Federal uma nova proposta de estruturação tarifária, mais justa e equilibrada aos usuários do porto, garantindo que o preço pago esteja totalmente refletido na qualidade dos serviços prestados pela CODESA ao condomínio portuário. A proposta de pesquisa, inovadora ao tratar custos baseados em todas as atividades portuárias, deverá ser debatida em todo o país ao longo de 2018. Avançou-se nas obras do Cais do Atalaia e na obra das novas portarias do porto, totalmente equipadas com tecnologia de ponta e preparadas para contribuir, dentro do projeto Cadeia Logística Portuária do Governo Federal, para a eliminação de filas de caminhões e trens no acesso ao Porto. O Porto de Vitória será também o primeiro porto do Brasil a implantar na íntegra esse projeto estratégico do Governo Federal, servindo de modelo para todos os portos nacionais.

Formalizou-se, em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo – IFES e com a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, a criação do Centro Nacional de Referência em Tecnologias Portuárias, concretizando o posto de Porto Piloto de Inovações Tecnológicas, que podem refletir em ganhos de desempenho e capacidade para todos os portos do Brasil.

No aspecto administrativo, avançou-se com a realização do programa de modernização da Gestão Portuária – PMGP, a ser concluído no início de 2018. Reduzimos despesas e controlamos gastos em um ano de dificuldades econômicas no país.

Com isso, a empresa atingiu importantes resultados operacionais que nos permitiram financiar um plano completo de demissões incentivadas (PIDV), proporcionando aos colaboradores o incentivo necessário para que possam concretizar seus sonhos de aposentadoria. Nosso agradecimento importante aos excelentes trabalhadores que deixaram o quadro funcional da empresa neste ano e que tanto contribuíram na construção e excelência da CODESA. Ainda na questão administrativa, reformulamos nosso parque tecnológico de informática, substituindo todos os computadores da empresa por estações modernas com processamento seguro e nas nuvens, com tecnologia de fibra ótica alimentando o acesso à internet em todo o cais, de maneira ininterrupta e com alto padrão de qualidade.

7. Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

Em atendimento à legislação vigente foi previsto um novo estatuto social da CODESA a área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, vinculada diretamente ao Diretor-Presidente e conduzida por ele ou ao Diretor-Presidente por intermédio de outro Diretor-Executivo que irá conduzi-la, podendo este ter outras competências.

A área de integridade poderá se reportar diretamente ao Conselho de Admi-

nistração, em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.

Com a implementação do Programa de Modernização da Gestão Portuária – PMGP, teremos a criação de setor específico para tratar do assunto, devidamente delegada pelo Diretor-Presidente.

8. Fatores de risco

Estão relacionados aqui os principais fatores de risco, que poderão causar relevantes impactos nos processos estratégicos da CODESA, no tocante aos objetivos econômico-financeiro, Mercados-Clientes, Processos Internos, Patrimônio Humano:

Existência de ações judiciais que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio;

Inadimplência de arrendatárias e de terminais privativos, provocando efeito adverso sobre os negócios, a condição financeira e o resultado operacional;

Possibilidade de certos armadores transferirem suas cargas para terminais fora do porto organizado, provocando perda de receitas;

9. Política ou prática de remuneração dos administradores

Conforme previsto no Estatuto Social da CODESA, em seu art. 31, a remuneração e demais benefícios dos integrantes dos órgãos da Administração são fixados anualmente pela Assembleia Geral Ordinária – AGO, observadas as prescrições legais.

A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores da CODESA, excluídos os valores relativos, eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da empresa, exceto a representantes dos empregados com vínculo, nos termos do Regimento Interno.

A CODESA possui o Programa de Remuneração Variável (RVA), regido pela Lei Nº 6.404/76 (Sociedades por Ações), baseado no múltiplo de honorário pago em 4 anos. Adota também o Honorário Variável Mensal – HVM, parcela do honorário mensal pago por trimestre. Tanto a RVA como o HVM são ponderados pelo cumprimento das metas pela Diretoria Executiva, estabelecidas pela Secretaria Nacional de Portos e devidamente aprovadas pela SEST.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA, declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2017, em conformidade com o inciso V do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30.06.16.

Em 9 de março de 2018.

JOSÉ RIBAMAR TAVARES JÚNIOR
Presidente do CONSAD

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em reais)

ATIVO	NOTA	2017	2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	2017	2016
Circulante				Circulante			
Bancos conta movimento	4	53.707	199.144	Fornecedores	12	2.904.149	4.332.914
Aplicações financeiras	4	62.592.400	74.325.926	Obrigações sociais e assistenciais (Reclassificado 2016)	13	6.642.307	6.461.659
Bancos - SIAFI/Convênio SEP	4	6.415.738	12.174.609	Obrigações fiscais e trabalhistas	14	7.281.378	7.261.683
Clientes	5	12.429.326	8.901.468	Empréstimos e financiamentos	15	257.670	1.016.768
(-) Prov. p/perdas recebimento crédito	5	(1.766.292)	(836.954)	PSP - adiantamentos de clientes	16	1.024.267	1.509.168
Devedores diversos			9.714	Credores por depósitos caucionados	16	89.645	15.372
Adiantamentos a funcionários	6	2.194.414	2.266.833	Depósitos contribuições e consignações a recolher	17	1.676.774	1.963.791
Impostos a compensar/recuperar	7	6.064.729	4.918.999	Impostos s/ serviços e repasses	18	1.553.313	1.690.902
Almoxarifado		75.192	98.522	Créditos de arrendamentos e cessão de uso de areas	19	4.000.000	4.000.000
Valores a apropriar		2.002	-	Provisões para contingências	20	8.918.096	9.000.000
Despesas antecipadas	8	230.172	224.532	PLR Particip. Empregados nos Resultados		-	46.697
				Dividendos		-	492.540
Total do Ativo Circulante		88.291.387	102.282.794	Outras obrigações (Reclassificado 2016)	21	275.853	277.100
				Total do Passivo Circulante		34.623.451	38.068.594
Não Circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações fiscais e trabalhistas	14	11.210.028	14.333.535
Depósitos para recursos judiciais	9	30.653.438	34.521.321	Empréstimos e financiamentos	15	-	-
Usuários c/ liminar		142.880	142.880	Créditos de arrendamentos e cessão de uso de areas	19	28.000.001	30.000.001
Outros créditos a receber	10	5.025.884	4.939.375	Provisões para contingências	20	7.667.814	5.737.090
Total do Realizável a Longo Prazo		35.822.201	39.603.575	Obrigações Societárias -AFAC	22	176.201.738	128.418.817
				Outras obrigações	21	7.102.536	5.354.947
				Total do Passivo Não Circulante		230.182.116	183.844.390
Investimento		1.587	1.587	Patrimônio Líquido			
Imobilizado	11.1	551.296.091	508.569.115	Capital social integralizado	23.1	297.940.097	297.940.097
Intangível	11.2	8.241.362	8.241.362	Reserva legal	23.2	-	1.354.126
Depreciação e amortização		(123.131.542)	(115.444.765)	Reserva retenção de lucros	23.3	-	22.046.460
				Prejuízo Acumulado	23.4	(2.224.578)	-
Total do Ativo Não Circulante		472.229.699	440.970.873	Total do Patrimônio Líquido	23	295.715.519	321.340.683
Total do Ativo		560.521.087	543.253.667	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		560.521.087	543.253.667

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
findos em 31 de dezembro - (Em reais)		
	2017	2016
Receitas	138.615.819	133.682.336
Receita da operação portuária	112.287.942	108.679.052
Receita de arrendamentos	26.629.854	25.452.349
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(301.977)	(449.065)
Ganho (perda) na alienação de ativos imobilizados	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	(32.113.496)	(26.190.969)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(31.629.503)	(25.791.343)
Outros custos	(483.993)	(399.626)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	106.502.323	107.491.366
Depreciação/amortização	(7.686.776)	(8.125.078)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	98.815.546	99.366.288
Valor adicionado recebido em transferência	2.057.106	19.470.772
Receitas financeiras	10.361.886	12.585.662
Outras Despesas - Provisões Passivas	(9.879.442)	-
Outras	1.574.662	6.885.109
Valor adicionado a distribuir	100.872.653	118.837.060
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	(93.728.047)	(86.954.802)
Remuneração direta	(70.326.909)	(66.677.138)
Benefícios a empregados	(17.379.203)	(15.773.384)
FGTS	(4.633.671)	(3.302.509)
Honorários da diretoria	(1.388.265)	(1.201.771)
Tributos	(16.155.755)	(16.106.309)
Federais	(13.534.003)	(13.451.471)
Estaduais e municipais	(2.621.752)	(2.654.838)
Remuneração de capitais de terceiros	(16.614.015)	(15.028.790)
Despesas financeiras	(16.614.015)	(15.028.790)
Remuneração de capitais próprios	(25.625.164)	747.159
Dividendos propostos	-	(492.540)
Lucros retidos/Resultado exercício	-	(1.477.620)
Reserva Legal	-	(37.358)
Ajustes Exercícios Anteriores	-	1.260.360

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
em 31 de dezembro de 2017 - (em reais)					
Discriminação	Capital social	Reserva Legal	Reservas de retenção de lucros	Resultados acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2015	297.940.097	1.316.768	20.568.839	(0)	319.825.705
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	-	1.260.360	1.260.360
Lucro líquido do exercício	-	-	-	747.159	747.159
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	-	37.358	-	(37.358)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	1.477.620	(1.477.620)	-
Dividendo mínimo	-	-	-	(492.540)	(492.540)
Saldos em 31/12/2016	297.940.097	1.354.126	22.046.460	(0)	321.340.683
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(25.625.164)	(25.625.164)
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	-	(1.354.126)	-	1.354.126	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	(22.046.460)	22.046.460	-
Dividendo mínimo	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2017	297.940.097	-	-	(2.224.578)	295.715.519

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em reais)		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016
Lucro (Prejuízo) Líquido	(25.625.164)	747.159
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa líquido		
Aplicado/Obtido nas Atividades Operacionais		
Depreciação e amortização	(7.686.776)	8.125.078
Ajustes de exercícios anteriores	-	1.260.360
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes e não circulantes		
Duplicatas a receber	(2.598.520)	(1.755.707)
Almoxarifado	23.330	(3.287)
Despesas antecipadas	(5.639)	11.867
Outros créditos curto e longo prazo	2.715.776	(66.118)
Fornecedores	(1.428.765)	2.589.257
Impostos a recolher	(3.528.418)	951.210
Salários e encargos sociais	947.833	(676.615)
Receitas diferidas	(2.000.000)	(2.109.091)
Aumento em provisões p/ ações judiciais	1.848.821	(6.515.973)
Outros débitos/contas a pagar - curto e longo prazo	521.831	(1.645.027)
Convênio SEP	-	-
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades operacionais	(36.815.691)	913.112
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(26.941.565)	(53.790.966)
Aquisição de bens do ativo intangível	290.426	-
Baixa de bens do ativo imobilizado	(702.285)	-
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades de investimentos	(27.353.424)	(53.790.966)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos	(759.098)	(736.655)
Recursos financeiros da união para investimento do imobilizado	-	(5.464.119)
Recursos financeiros / convênio SEP	5.758.870	1.231.811
Recursos financeiros para aumento de capital	47.782.920	68.077.974
Pagamento de Dividendos	(492.540)	(3.023.254)
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos	52.290.153	60.085.755
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(11.878.963)	7.207.901
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM 1º DE JANEIRO DE 2016	74.525.070	67.317.169
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	62.646.107	74.525.070

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)			
	Nota	2017	2016
Receita operacional bruta		138.917.796	134.131.401
Receita da operação portuária		112.287.942	108.679.052
Outras receitas operacionais		26.629.854	25.452.349
Dedução da receita		(15.397.145)	(14.918.625)
Receita operacional líquida	24	123.520.650	119.212.776
Custos dos serviços prestados	25		
Custos da operação portuária		(66.544.506)	(59.664.931)
Lucro bruto		56.976.145	59.547.845
Despesas operacionais	26		
Despesas administrativas		(67.230.436)	(62.041.308)
Despesas tributárias		(813.965)	(1.201.360)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(11.068.256)	(3.694.823)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	27	(6.252.128)	(1.300.651)
Outras receitas (despesas) operacionais	28	(8.304.780)	5.742.632
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(25.625.164)	747.159
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(25.625.164)	747.159
Quantidade de ações do capital social integralizado	24.1	2.316.177.141	2.316.177.141
Lucro por ação		-0,0111	0,0003

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

71

BALANÇO SOCIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016						
1 - Base de Cálculo	2017 Valor (Mil reais)			2016 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	123.520.650			119.212.776		
Resultado operacional (RO)	-25.625.164			747.159		
Folha de pagamento bruta (FPB)	64.304.974			71.181.418		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.295.143	6,68%	3,48%	4.247.985	5,97%	3,56%
Encargos sociais compulsórios	13.275.482	20,64%	10,75%	14.322.969	20,12%	12,01%
Previdência privada	2.920.251	4,54%	2,36%	2.797.460	3,93%	2,35%
Saúde	9.299.615	14,46%	7,53%	8.249.239	11,59%	6,92%
Educação	70.301	0,11%	0,06%	78.991	0,11%	0,07%
Cultura	134.150	0,21%	0,11%	124.123	0,17%	0,10%
Capacitação e desenvolvimento profissional	631.268	0,98%	0,51%	561.507	0,79%	0,47%
Creches ou auxílio-creche	326.828	0,51%	0,26%	326.828	0,46%	0,27%
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00%	0,00%	46.697	0,07%	0,04%
Outros	2.692.339	4,19%	2,18%	2.518.452	3,54%	2,11%
Total - Indicadores sociais internos	33.645.376	52,32%	27,24%	33.274.251	46,75%	27,91%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	16.155.755	-63,05%	13,08%	16.106.309	2155,67%	13,51%
Total - Indicadores sociais externos	16.155.755	-63,05%	13,08%	16.106.309	2155,67%	13,51%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	3.100.000	-12,10%	2,51%	3.044.871	407,53%	2,55%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	3.100.000	-12,10%	2,51%	3.044.871	407,53%	2,55%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa (*)	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2017			2016		
Nº de empregados(as) ao final do período	336			336		
Nº de admissões durante o período	5			5		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0			0		
Nº de estagiários(as)	65			65		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	186			186		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	71			71		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	11,00%			11,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	40			40		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,00%			3,00%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	2			2		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2017 Valor (Mil reais)			Metas 2018		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	13,8			13,78		
Número total de acidentes de trabalho	4			4		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por (*):	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla (**):	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(x) não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	(x) não se envolverá	() apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	-	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2017: 100.872.653			Em 2016: 118.837.060		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	16,6 % governo; 96,4 % colaboradores(as); 0,0 % acionistas; 17,1 % terceiros; 0,0 % retido;			13,6 % governo; 73,2 % colaboradores(as); 0,4 % acionistas; 12,6 % terceiros; 1,2 % retido;		
7 - Outras Informações	(*) Metas para minimizar resíduos: projeto em andamento.					
	(*) Os padrões de Segurança e salubridade no ambiente de trabalho utilizados na CODESA estão de acordo com a Lei 4.860/65 e a Portaria 25/82 da DTM.					
	(**) Previdência Privada: os funcionários admitidos a partir de 2009 ainda não estão contemplados.					

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, sociedade de Economia Mista Federal, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, é dotada de personalidade jurídica de direito privado e regida por legislação que trata do regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias. A CODESA tem como objeto social: a) exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Espírito Santo sob sua administração e responsabilidade, ou localizados em outro Estado, por delegação do Governo Federal, b) exercer as funções de operador portuário na forma da Lei 12.815/2013, e, c) desenvolver atividades afins, conexas e acessórias, realizando seu objeto social sempre em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da CODESA foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas respectivas alterações, e Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelo disposto na Nota Explicativa 29 - Plano de pensão/entidade fechada de previdência privada.

2.1 Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas em ata de DIREXE nº 1718 de 19/02/2018.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas uniformemente em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado.

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, a moeda de apresentação da CODESA.

3.2 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2.1 Reconhecimento de receita

A receita de serviços prestados é reconhecida em função de sua realização, considerando o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no andamento normal das operações da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e contribuições, devoluções e abatimentos.

3.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis é realizada em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que requerem por parte da Administração da Companhia o uso do julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para demandas trabalhistas e cíveis, ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados e outras provisões. Os valores efetivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

3.3.1 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação. As provisões são registradas em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme mencionado na Nota Explicativa 20. Com base em informações da Coordenação Jurídica a Companhia faz anualmente estudos do passivo judicial em trâmite na Justiça do Trabalho e Comum Estadual, sendo as contingências classificadas entre (i) prováveis - para as quais são constituídas provisões, (ii) possíveis - apenas divulgadas e não provisionadas e (iii) remotas - não requerem provisão e nem divulgação.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional em espécie, depósitos bancários e investimentos de curto prazo por aplicações no mercado aberto, com vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados pela Companhia para gestão financeira e liquidação de seus compromissos de curto prazo (Nota 04).

3.5 Provisão de férias

A provisão das férias e seus respectivos encargos estão calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

3.6 Despesas antecipadas

Inclui a aplicação de recursos cujos pagamentos ocorrem antecipadamente em relação aos benefícios que ocorrerão em períodos futuros. A parcela das despesas é reconhecida no resultado de acordo com o princípio da competência (Nota 8).

3.7 Ativos não circulantes**3.7.1 Depósitos judiciais**

A Companhia tem recursos financeiros bloqueados, mantidos na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil e no Banestes, em razão de determinação da Justiça do Trabalho, objetivando resguardar futuras decisões das demandas em curso (Nota 9).

3.7.2 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação (Nota 11.1). O teste de recuperabilidade realizado no exercício social de 2017, conforme determina o CPC 01, utilizou método Valor em Uso e apontou a recuperação do valor total pela utilização dos ativos na geração de receitas e benefícios futuros para a CODESA.

3.7.3 Intangível

A Companhia possui registro de direito de uso de software, rede de telecomunicações e dados e estudos e projetos, pelo custo de aquisição, deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis (Nota 11.2).

3.8 Obrigações

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável.

3.9 Empréstimos

O valor contábil dos empréstimos contempla os encargos financeiros e as variações monetárias incorridas e estão apropriados no resultado do exercício até a data do balanço, conforme demonstrado na Nota 15.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

Compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido corrente, com base na legislação tributária, sendo o imposto de renda calculado à alíquota-base de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social calculada a alíquota de 9%.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Contas	2017	2016
Bancos conta movimento	53.707	199.144
Aplicações financeiras	62.592.400	74.325.926
Subtotal	62.646.106	74.525.070
Contas SIAFI	5.393.077	11.326.127
Contas Convênio SEP	1.022.661	848.482
Subtotal	6.415.738	12.174.609
Total	69.061.845	86.699.679

As aplicações financeiras estão representadas por cotas em fundos de investimentos de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa essas aplicações são consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. A conta "SIAFI" registra valores recebidos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira, disponíveis para custear os investimentos da Companhia, tendo como contrapartida a conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC. Posteriormente, mediante decreto autorizativo, é realizado o aumento do capital social da Companhia, com a emissão de novas ações para a União.

A conta "Convênio SEP" registra valores recebidos por meio de convênios firmados entre a Secretaria de Portos - SEP e a Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA. Os convênios têm como objetivo o repasse de recursos para execução de serviços técnicos operacionais e apoio à fiscalização e gerenciamento ambiental integrado da obra de dragagem de aprofundamento e derrocagem no Porto de Vitória.

Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, as contas "SIAFI" e "Convênio SEP" são excluídas do total do disponível e consideradas como atividades de investimento por estarem vinculadas a formação de ativos destinados ao imobilizado.

5. Contas a receber

Contas	2017	2016
Contas a receber	12.429.326	8.901.468
(-) Prov. cred. liquidação duvidosa	(1.766.292)	(836.954)
Total	10.663.034	8.064.514

São valores provenientes dos serviços prestados pela Companhia. A constituição da PCLD - provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes inadimplentes é mensurada e reconhecida considerando os valores e os prazos das faturas em atraso.

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

6. Adiantamentos a funcionários

Contas	2017	2016
Adiantamentos salários/13º Salários	25.210	23.149
Férias	1.147.754	1.212.191
Emprést. de férias-OF-346-09/05/85	842.025	883.346
Salário maternidade prorrogado	91.198	55.190
Diárias de viagem	54.197	50.405
Outros adiantamentos a empregados	34.029	42.553
Total	2.194.414	2.266.834

Os adiantamentos de salários e de férias são concedidos aos empregados e geram direito de crédito na folha de pagamento de períodos subsequentes, assim como as Diárias de viagem. O salário maternidade prorrogado é compensado no IRPJ.

7. Impostos e contribuições a recuperar

Contas	2017	2016
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	5.508.321	2.281.340
Contribuição social s/ lucro líquido – CSLL	487.845	480.602
COFINS Lei 9.430/1996 e a recuperar	37.029	37.029
PIS/PASEP	8.039	8.039
IRRF S/ aplic. financeiras	0	1.994.332
Outros impostos a recuperar	23.494	117.658
Total	6.064.729	4.918.999

Os impostos e contribuições a recuperar referem-se a saldos negativos de declaração relativos ao exercício social de 2017 e a créditos retidos na fonte a serem utilizados no pagamento de impostos da CODESA.

8. Despesas antecipadas

Contas	2017	2016
Seguros Responsabil. Civil Administr.	212.049	215.278
Assinatura de jornais e revistas	7.570	4.994
Licença de software	10.553	4.261
Total	230.172	224.532

8.1 Seguro de responsabilidade civil de administradores

Seguro para membros da Diretoria, Conselhos Fiscal e de Administração contra prejuízos relacionadas a atos lícitos, porém danosos, pelos quais os segurados vierem a ser responsáveis em sentença judicial e que possa incorrer em indenizações a terceiros, evitando prejuízos à CODESA.

8.2 Seguros de bens móveis e imóveis

Apólice	Prêmio	Objeto segurado	Cobertura
1800352642-3	281.446,63	Prédio/conteúdo: Incendio, Raio, Explosão/Implosão	30.205.107,14
7100030661	23.578,44	Equipamentos (Moega/Balança)	1.322.892,98

As apólices da empresa SOMPO Seguros S.A., com vigência no período de 26/12/2017 a 26/12/2018, foram apropriadas a partir de janeiro de 2018.

9. Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis

Contas	2017	2016
Depósitos judiciais trabalhistas	13.024.452	17.088.920
Depósitos recursais	3.493.812	3.372.984
Depósitos judiciais – Outros	4.595.528	4.519.772
Repassse Justiça - Banco do Brasil	9.454.567	9.454.567
Outros	85.078	85.078
Total	30.653.438	34.521.321

Representam ativos da Companhia relativos a valores depositados e mantidos em juízo, por determinação da Justiça, objetivando resguardar futuras decisões das demandas em curso e são movimentados por meio de decisões judiciais das quais podem ocorrer liberações para o reclamante ou o retorno para a própria Codesa, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Depósitos Judiciais	Trabalhista	Recursal	Judiciais	Repassse justiça	Outros	TOTAL
Saldo em 31/12/2016	17.088.920	3.372.984	4.519.772	9.454.567	85.078	34.521.321
Bloqueios/Depósitos	4.006.454	554.241	96.844	-	-	4.657.539
Juros/atualização/IR	1.759.590	38.384	2.290	-	-	1.800.265
Liberado	(9.082.034)	-	-	-	-	(9.082.034)
Baixas Codesa	(748.478)	(471.797)	(23.377)	-	-	(1.243.652)
Saldo em 31/12/2017	13.024.452	3.493.812	4.595.528	9.454.567	85.078	30.653.438

10. Outros créditos não circulantes

Contas	2017	2016
Adiantamentos diversos	110.143	277.248
Juros de mora/multas	96.702	55.963
Impostos a recuperar - Refis	4.733.141	4.520.264
Fundos de Investimentos	85.898	85.898
Total	5.025.884	4.939.374

10.1 Adiantamentos diversos

Valores de créditos decorrentes de salário maternidade prorrogado a recuperar e a valores de vale transporte não utilizados.

10.2 Juros de mora/multas

Valores relativos a multas pagas, passíveis de recuperação após processo de apuração de responsabilidade.

10.3 Impostos a recuperar – Refis

Refere-se a pagamento já efetuado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por ocasião do REFIS I, aguardando homologação na Receita Federal do Brasil (SRFB) para amortizar parte da dívida atual do Refis.

10.4 Fundos de Investimento

O Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, cujo saldo em 31/12/2017 é de R\$ 72.359, equivalentes a 106.082,02 cotas, foi extinto pela Medida Provisória nº 517/2010, sendo a União Federal sua sucessora nos direitos e obrigações e ações judiciais conforme Lei nº 12.431/11. Os demais valores que compõe a conta de Fundos de Investimentos são Embraer (R\$ 1.061,68) e Fiset - Fundo de Investimento Setorial (R\$ 12.478,25)

11. Imobilizado e Intangível**11.1 Imobilizado**

Imobilizado líquido	Taxa depreciação	2017	2016
Terrenos	-	11.056.064	11.056.064
Obras complementares	4% a 5%	2.271.074	2.545.797
Obras civis	4% a 20%	172.156.159	178.224.124
Instalações	10%	3.645.746	4.066.972
Máquinas e equipamentos	5% a 25%	1.511.087	1.502.075
Móveis e utensílios	10%	926.655	635.361
Equip. de proc. eletrônico de dados	20%	564.484	717.782
Imobilizado em curso	-	243.375.656	201.428.123
Total	-	435.506.925	400.176.298

Em 2017 os itens do imobilizado, mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, é de R\$551.296.091, sendo sua depreciação acumulada no valor de R\$115.789.167. Em 2016 o imobilizado era de R\$508.569.115 e a respectiva depreciação acumulada de R\$108.392.816.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 01, o cálculo do teste de recuperabilidade foi realizado em novembro de 2017 e não apontou probabilidade de perdas de ativos da CODESA.

Os valores de imobilizado em curso são referentes a investimentos em obras em andamento ou em fase de conclusão, como a construção do Cais de Atalaia, reforço da pavimentação no Cais Capuaba, Projeto VTMS (Vessel Traffic Management Information System ou Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações), Projeto Cadeia Logística Portuária Inteligente entre outras obras.

11.2 Intangível

Intangível líquido	Taxa amortização	2017	2016
Software	20%	185.347	192.413
Estudos e projetos	20%	46.909	46.909
Rede telefônica e com. de dados	10%	40.018	51.099
Projeto VTMIS	20%	593.422	857.481
Outros	10%	33.291	41.511
Total	-	898.987	1.189.413

O intangível em 2017, no valor de R\$8.241.362, é o mesmo de 2016, alterando apenas o valor da amortização acumulada que passou de R\$7.051.949 para R\$7.342.375.

12. Fornecedores de bens e serviços

Contas	2017	2016
Bens e serviços	2.904.149	4.332.914
Total	2.904.149	4.332.914

O fornecimento dos bens e serviços é evidenciado pela emissão do documento fiscal observando o regime de competência, com as devidas retenções legais.

13. Obrigações sociais e assistenciais

Contas	2017	2016
Folhas a pagar	51.682	1.613
Provisão para férias e encargos	5.809.085	5.692.861
Assistência médica/odontol	781.539	767.185
Total	6.642.307	6.461.659

As obrigações sociais e assistenciais referem-se à provisionamentos de férias, encargos sociais e a outras obrigações assistenciais decorrentes de benefícios a empregados, registrados por competência, para realização nos meses subsequentes ao do fato gerador.

14. Obrigações fiscais e trabalhistas

Obrigações	2017		2016	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
FGTS	419.634	-	433.220	-
INSS	1.197.339	-	1.248.678	-
REFIS	3.188.825	799.359	3.190.922	2.890.319
PORTUS/RTSA	1.070.500	10.410.668	1.070.500	11.417.974
PASEP	238.599	-	222.723	-
COFINS	1.114.101	-	1.039.062	-
CSLL	-	-	4.198	-
FUNDAF	52.380	-	52.380	-
OUTRAS	-	-	-	25242
Totais	7.281.378	11.210.028	7.261.683	14.333.535

As obrigações fiscais e trabalhistas da CODESA, provisionadas pelo regime de competência, são quitadas nos respectivos vencimentos. A dívida relativa aos REFIS junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, parcelada em 90 meses é corrigida pela Selic e aguarda homologação para aproveitamento do crédito junto à RFB (conforme nota 10). As obrigações relacionadas ao PORTUS, relativas à RTSA – Reserva de Tempo de Serviço Anterior, são corrigidas pela INPC-IBGE e pagas conforme contrato em vigor.

15. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos	2017		2016	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDES	257.670	-	1.016.768	-

Refere-se ao Contrato Particular de Cessão de Crédito nº 98.2.288.8.1, celebrado entre a CODESA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 23/06/1998, renegociado por meio do Aditivo nº 01 de 12/05/2006, com amortização do saldo devedor em 48 parcelas trimestrais e 144 mensais a partir de junho de 2006, reajustado pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, observando a sistemática prevista, acrescido de juros de 3% ao ano, tendo como garantia os direitos de crédito decorrentes do Contrato de Arrendamento celebrado com o TVV – Terminal de Vila Velha S/A, para exploração dos berços 203, 204 e 205 do Cais de Capuaba.

16. PSP - Adiantamentos de clientes/Credores depósitos caucionados

Contas	2017	2016
PSP adiantamento de clientes	1.024.267	1.509.168
Credores por depósitos caucionados	89.645	15.372
Total	1.113.911	1.524.540

PSP registram adiantamentos de clientes para Prestação de Serviços Portuários. Credores por depósitos caucionados registram valores exigidos pela CODESA aos seus clientes, a título de garantia, podendo ser em dinheiro ou escritural.

17. Depósitos, contribuições e consignações a recolher

Contas	2017	2016
IRF - Imposto renda na fonte	1.038.664	979.168
Empréstimos Banestes	1.042	1.042
Empréstimos Banco do Brasil	762	818
Lei 9430/96-IRPJ-CSLL-COFINS-PIS-PASEP	476.869	660.591
INSS Retenção serv. prestados terceiros	138.007	316.823
Outros	21.431	5.350
Total	1.676.774	1.963.791

Os valores consignados registram retenções sobre pagamentos efetuados a funcionários e a terceiros, cujos recolhimentos ficam a cargo da Companhia.

18. Imposto sobre serviços/repasse

CONTA	2017	2016
ISS - PORTO VITÓRIA - TAB.I	1.194.800	1.194.800
ISS - PORTO DE VILA VELHA	92.481	100.613
ISS - VITÓRIA - II	133.122	125.313
ISSQN VITÓRIA - LEI 6075/03	47.802	20.972
ISSQN VILA VELHA - LEI 4127/03	85.108	249.204
Total	1.553.313	1.690.902

A CODESA faz o recolhimento dos valores relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, relativo ao seu faturamento, e nos casos de atribuição de responsabilidade tributária, procede à sua retenção e recolhimento do ISSQN devido. A CODESA contesta judicialmente junto à Prefeitura Municipal de Vitória a cobrança sobre faturamentos da Tabela I por entender não haver prestação de serviço nessa tabela, e consequentemente a não incidência do ISSQN.

19. Créditos de arrendamentos e cessão de uso de áreas

Arrendamentos	2017		2016	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Contratos				
PETROBRAS	4.000.000	28.000.001	4.000.000	30.000.001
Totais	4.000.000	28.000.001	4.000.000	30.000.001

Valores recebidos antecipadamente referentes a contratos de arrendamentos operacionais e que são reconhecidos linearmente durante a vigência do contrato. O contrato de cessão de direito de uso firmado com a PETROBRAS, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à CODESA, abrange o período de 02/10/2008 a 30/09/2033 e visa atender ao PLANGÁS – Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural, instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do processo administrativo de nº 3453/2007.

20. Provisões para contingências

Provisões para contingências	2017		2016	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Provisão p/ contingências trabalhistas	6.918.097	7.567.862	7.000.000	4.642.921
Provisão p/ contingências cíveis	2.000.000	99.952	2.000.000	1.094.169
Totais	8.918.096	7.667.814	9.000.000	5.737.090

As ações trabalhistas e cíveis da CODESA são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicável. As provisões para perdas são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas por relatórios técnicos da assessoria jurídica da Companhia e por consultores jurídicos contratados, que fazem o acompanhamento periódico dos processos.

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

Provisões	Trabalhista	Cível
Saldo em 31/12/2016	11.642.921	3.094.169
Baixas de Alvarás	-8.030.621	0
Reversão de provisões	0	-994.218
Provisões 2017	10.873.659	0
Saldo em 31/12/2017	14.485.959	2.099.951

Em 2017 a CODESA baixou o montante de R\$8.030.621, relativos a ações judiciais trabalhistas, conforme liberações de alvarás judiciais. Atendendo o que preconiza o CPC 25 que trata da provisão para contingências, em 2017 foram constituídas, com base nas análises jurídicas, provisões para ações trabalhistas no valor de R\$10.873.659 e reversão de provisões cíveis no montante de R\$ 994.218. O Passivo contingente possível, resultante das análises jurídicas, aponta os valores R\$30.640.139 para ações trabalhistas e R\$24.123.322 para ações cíveis.

21. Outras obrigações

	2017		2016	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Credores Diversos	275.853	-	277.100	13.607
Obrigações c/ Fornecedores	-	-	-	7.850
Credores Dep. Caucionados	-	235.118	-	235.118
Subtotal	275.853	235.118	277.100	256.575
Obrigações Convênios	-	6.867.418	-	5.098.372
Total	275.853	7.102.536	277.100	5.354.947

O valor da conta "Credores Diversos" refere-se a fornecedores de bens e serviços que não comprovaram certidões negativas e outros documentos hábeis, exigidos na prestação de serviços a empresas de economia mista. "Credores Depósitos Caucionados" referem-se a situações que estão sendo questionadas pelas partes. Em "Obrigações Convênios" estão registrados recursos recebidos por meio de convênios destinados ao gerenciamento ambiental da obra de dragagem de aprofundamento e derrocagem no Porto de Vitória e a gastos com fiscalização das obras de dragagem e aprofundamento do Porto de Vitória. Tem como contrapartida uma conta de aplicação financeira no Banco do Brasil, sendo que os rendimentos do saldo aplicado deverão ser capitalizados em futuro aumento de capital, desde que devidamente utilizados conforme o objeto do contrato. Entretanto o convênio prevê a restituição dos valores caso o projeto não seja executado ou se houver utilização de recursos em desacordo com o estabelecido no convênio, por isso estão registrada como um passivo não circulante.

22. Adiantamentos para futuro aumento de capital

Acionistas	2017	2016
AFAC Governo Federal	175.717.847	127.978.669
AFAC Governo Estadual	483.891	440.148
Total	176.201.738	128.418.817

Os investimentos realizados pelo Governo Federal na CODESA são registrados no ativo imobilizado em contrapartida do passivo AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital, para serem incorporados ao patrimônio da CODESA por meio de aumento de capital com a emissão de novas ações. Caso queira manter a proporcionalidade de participação acionária, o Governo do Estado do Espírito Santo deverá autorizar a utilização do saldo remanescente de investimentos para o procedimento de aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESA a título de AFAC enquanto não capitalizados são atualizados com base na variação da taxa selic, conforme previsto no decreto nº 2.673/98.

23. Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido da CODESA, no valor de R\$ 295.715.519 é composto pelo Capital Social de R\$ 297.940.097 e pelo Prejuízo Acumulado no valor de R\$ 2.224.578. A Reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 22.046.460 e a Reserva legal no valor de R\$ 1.354.126 foram absorvidas pelo Prejuízo do Exercício, no valor de R\$ 25.625.164, conforme estabelece o art. 189 da Lei 6.404/76.

23.1 Capital social

Acionistas	R\$	% Participação	Quant. Ações
Governo União	296.312.397	99,45368183%	2.303.523.444
Governo Estado do Espírito Santo	1.627.695	0,54631629%	12.653.653
RIOINVEST Cons. Emp. Part. Ltda	6	0,00000188%	44
Total	297.940.097	100,00%	2.316.177.141

O Capital Social da CODESA é R\$ 297.940.097 composto por 2.316.177.141 ações ordinárias.

23.2 Reserva legal

A Reserva legal, no valor de R\$1.354.126, foi absorvida pelo Prejuízo do Exercício, conforme art. 189 da Lei 6.404/76.

23.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de Retenção de Lucros, no valor de R\$22.046.460, foi absorvida pelo Prejuízo do Exercício, conforme art. 189 da Lei 6.404/76.

23.4 Prejuízos Acumulados

O Prejuízo Acumulado no exercício social de 2017, no valor de R\$25.625.164, foi absorvido pelas Reservas de Lucro e Legal, conforme nota 23.

24. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é formada por receitas tarifárias e por receitas patrimoniais decorrentes de arrendamento de áreas no porto organizado sob jurisdição da CODESA, deduzida dos impostos incidentes sobre a prestação de serviços.

Contas	2017	2016
Utilização de Infraestrutura portuária	55.684.306	69.852.223
Armazenagem	5.400.437	6.678.330
Movimentação de carga	21.960.165	22.212.334
Serviços diversos	29.243.033	9.936.165
Arrendamentos	26.629.854	25.452.349
Subtotal	138.917.796	134.131.401
Impostos incidentes sobre serviços	(15.397.145)	(14.918.625)
Total	123.520.650	119.212.776

25. Custos operacionais

Contas	2017	2016
Pessoal e encargos sociais	44.294.288	40.471.188
Custos assistenciais	5.915.021	4.632.940
Serviços de terceiros	4.891.881	3.318.101
Utilidades e materiais	3.448.798	2.772.637
Seguros	330.780	306.257
Depreciação e amortização	7.361.762	7.714.742
Perdas Estimadas C/ Creditos Liq. Duvidosa	301.977	449.065
Total	66.544.506	59.664.931

26. Despesas operacionais

Contas	2017	2016
Pessoal e encargos sociais	32.152.415	30.710.230
Despesas assistenciais	11.464.181	11.140.443
Serviços de terceiros	16.394.362	11.187.937
Gerais e materiais	6.741.248	8.512.668
Depreciação e amortização	325.015	410.336
Outras	153.214	79.693
Subtotal	67.230.436	62.041.308
Tributárias	813.965	1.201.360
Total	68.044.401	62.041.308

27. Resultado financeiro líquido

Contas	2017	2016
Receitas financeiras	9.620.599	12.585.662
Varição monetária ativa	741.287	1.142.477
Despesas financeiras	(1.686.366)	(2.478.481)
Varição monetária passiva	(14.927.649)	(12.550.309)
Resultado financeiro líquido	(6.252.128)	(1.300.651)

As receitas financeiras são decorrentes de aplicações financeiras e atualizações monetárias sobre depósitos judiciais. As despesas financeiras são relativas a encargos do parcelamento da dívida com o "Portus - parcelamento" e a Cofins sobre receitas financeiras. A variação monetária passiva é relativa ao crédito de acionistas, atualizado mensalmente pela taxa Selic.

28. Outras Receitas e Despesas operacionais

Contas	2017	2016
Outros ganhos/perdas de capital	25.242	1.037.485
Reversões (Provisões) Ações Judiciais	-9.879.442	2.648.174
Receitas Eventuais	2.251.704	2.056.973
Perdas de Capital	-702.285	-
Resultado Receitas/Despesas líquidas	-8.304.780	5.742.632

O valor de provisões para ações judiciais em 2017 foi constituído mediante necessidade de ajustar o valor das provisões cíveis, conforme determinado pelo setor jurídico da Codesa. As receitas eventuais são decorrentes de recuperação de despesas médicas e de impostos. Houve a perda de capital relativa a um imobilizado que não atende mais à definição de ativo.

29. Plano de pensão/entidade fechada de previdência privada

A CODESA é uma das patrocinadoras do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC. A contribuição está respaldada na Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998 e é fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

A intervenção no PORTUS, decretada através da Portaria nº 459 e publicada no DOU de 23 de agosto de 2011 pela Diretoria Colegiada da PREVIC, foi prorrogada pela Portaria PREVIC Nº 1.112, de 01 de dezembro de 2017 por mais 90 (noventa) dias, a contar de 04 de dezembro de 2017.

Conforme acordo firmado entre CODESA e PORTUS para pagamento da participação relativa ao RTSA – Reserva de Tempo de Serviço Anterior, correspondente ao tempo de serviços prestados pelos empregados quando da adesão da CODESA ao plano de pensão, foram pagos no exercício de 2017 o valor de R\$ 1.007.305, ficando um saldo remanescente em 31/12/2017 no valor de R\$ 11.481.168.

Em relação às contribuições normais e extraordinárias a CODESA não reconhece a dívida e optou por não registrar nas suas Demonstrações Contábeis de 31/12/2017, conforme estabelece o CPC 33, o valor de R\$ 177.107.736,58 apresentado pelo PORTUS na Carta Circular Interv – CO-RAB Protocolo nº 006.000171.2018-0, de 09 fevereiro de 2018.

Em relação ao débito proveniente de diferenças em datas de pagamentos de contribuições patronais no valor de R\$ 6.351.277,81 (seis milhões e trezentos e cinquenta e um mil e duzentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos), objeto de “Termo de Confissão de Dívida”, conforme Processo nº 0356838-33.2010.8.19.000000000 que tramita atualmente na 24ª Vara Federal, sob nº 0007734-42.2014.4.02.5101, a CODESA aguarda que a eficácia deste acordo seja validada pelo ministério supervisor, com aquiescência da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, conforme inciso VI do art. 2º do Decreto 3.735/2001.

30. Maior e menor remuneração

Na forma do item 4, alínea “c”, da Exposição de Motivos nº 139 do Ministério da Fazenda, de 17/03/1988, a CODESA divulga a remuneração mensal dos seus empregados e dirigentes. Em 31 dezembro de 2017 a maior e a menor remuneração são compostas da seguinte forma:

Descrição	Maior R\$	Menor R\$
Diretores	29.073	25.266
Empregados	24.095	1.748

31. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Na apresentação da DFC, as informações relativas aos recursos financeiros oriundos do Tesouro Nacional (conta SIAFI) e dos convênios, ambos destinados a investimentos, são classificadas como atividade de financiamento.

32. Demonstração do resultado abrangente

A CODESA não apresentou a demonstração do resultado abrangente tendo em vista que os itens de receita e despesas não possuem resultados que incluem variações de reservas de reavaliações referentes ao ativo permanente, ganhos e perdas, de plano de pensão, ganhos provenientes de conversão de demonstração de moeda estrangeira e ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros.

Vitória (ES) 31 de dezembro de 2017.

LUIS CLAUDIO SANTANA MONTENEGRO
PRESIDENTE

GUILHERME FERNANDES MAGALHÃES
DIRETOR DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES

MAYHARA MONTEIRO PEREIRA CHAVES
DIRETORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

ROBERTO CARLOS TELES BRAGA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ETHEL BIANCHINE AREAL
COORDENADORA CONTÁBIL-CRC/ES 5.618/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros
Companhia Docas do Espírito Santo
Vitória - ES

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Espírito Santo, (“Codesa ou Companhia”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e balanço social para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Espírito Santo, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA**Resposta de circularização**

Até o término de nossos trabalhos, não recebemos a totalidade das confirmações de terceiros relativos a instituições financeiras, seguradoras e PORTUS (instituição de previdência complementar). Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes com relação as transações com instituições financeiras, seguradoras e da PORTUS (instituição de previdência complementar).

Conciliação de ativo imobilizado

A Companhia procedeu o inventário físico dos bens pertencentes ao seu ativo imobilizado com o intuito de controlar individualmente o seu imobilizado em sistema próprio, no entanto, até o encerramento de nossos trabalhos, o inventário não foi conciliado com a contabilidade e também não foram realizados os possíveis ajustes advindos do inventário físico dos bens, portanto, não foi possível mensurar os ajustes nas depreciações acumuladas e amortizações e os reflexos sobre o resultado do exercício e o patrimônio líquido.

Ausência de reconhecimento de dívida com a PORTUS

Conforme Nota Explicativa nº 29, a Codesa é uma das patrocinadoras do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EPPC, criado em 01 de abril de 1979 para suplementação de benefícios a seus filiados, com compromisso de contribuir, mensalmente com parcelas proporcionais. A Codesa optou por não reconhecer a dívida em suas demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2017, bem como, até o término de nosso trabalho ainda não recebemos a confirmação do saldo da dívida pela PORTUS. Consequentemente, não nos foi possível apurar os efeitos nas demonstrações contábeis da Codesa, caso a dívida fosse reconhecida.

Conciliação de depósitos judiciais

Conforme Nota Explicativa nº 9, a Companhia possui registrado em seu ativo, o montante de R\$ 30.653.438, correspondente a depósitos judiciais, para resguardar futuras decisões das demandas judiciais em curso. A confirmação de terceiros, relativo aos consultores jurídicos, não mencionam os depósitos judiciais conciliados com o saldo da rubrica. Consequentemente não nos foi possível, nas circunstâncias, obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes com relação ao saldo apresentado nas demonstrações financeiras.

Imposto Sobre Serviço (ISS)

Conforme Nota Explicativa nº 18, a Codesa é devedora de R\$ 1.553.313 em impostos sobre serviço – ISS, contudo até o término de nossos trabalhos, não recebemos detalhes/conciliação da dívida bem como sua origem. Consequentemente, não nos foi possível avaliar a razoabilidade das rubricas e seus efeitos nas demonstrações contábeis caso não estejam apropriadas corretamente.

Apropriação fiscal da reversão de depósitos judiciais

A Companhia realiza a reversão das provisões na medida em que os depósitos judiciais são baixados, em conformidade com os alvarás, sendo o valor da reversão o mesmo valor do depósito. Contudo, nem sempre os processos judiciais baixados no ativo são ou foram objetos de provisão no passivo, como também o valor da provisão realizada no passivo pode ou não, ser igual ao valor ora depositado, assim não revertendo os mesmos como despesas dedutíveis. Consequentemente, não nos foi possível apurar com razoável certeza seus efeitos nas demonstrações contábeis, caso estivessem sendo apropriados na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Conforme Nota Explicativa nº 22, a Codesa mantém registrado em na rubrica “Obrigações Societárias – AFAC”, passivo não circulante, o montante de R\$ 176.201.738 em 31 de dezembro de 2017, relativo a adiantamentos para futuro aumento de capital dos seus acionistas (Governo Federal e Governo Estadual), sendo os recursos utilizados para operação da Companhia. Considerando que o montante será capitalizado à Companhia como objeto para aumento das quotas de capital, conforme determina a Resolução CFC 1.159/2009, os AFACs realizados sem que haja a possibilidade de sua devolução, devem ser registrados no patrimônio líquido. Consequentemente, superavaliando o passivo não circulante e subavaliando o patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Codesa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da Companhia Docas do Espírito Santo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores, com relatório datado de 10 de março de 2017, contendo as seguintes ressalvas (a) Ausência de conciliação de depósitos judiciais (b) Ausência de conciliação do ativo imobilizado com controle extra contábil (c) Ausência de reconhecimento de passivo financeiro com a Portus - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar e (d) Ausência de reconhecimento de dívida com Sindicato Patronal.

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Codesa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Codesa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, indi-

vidualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante, resultante de fraude, é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Codesa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos, sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Codesa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Codesa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo, para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais sugestões de melhorias nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, 26 de fevereiro de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - ES

Julian Clemente
Contador CRC 1 SP 197232/O-6 - S - ES

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA, cumprindo o disposto no inciso V, art. 142 da Lei nº. 6.404/76, e Art. 52, incisos IV, XIII, XXXVII e XLVII do Estatuto Social, tendo examinado o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e com base no Relatório dos Auditores Independentes, considerando suas ressalvas e recomendações, resolve: O Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, tendo examinado o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, manifestou-se favoravelmente pelo encaminhamento ao Conselho Fiscal do Relatório da Administração relativo ao exercício de 2017, bem como as Demonstrações Contábeis, destacando as recomendações contidas nos Relatórios do Auditor

Independente, notadamente as ressalvas já apontadas nos exercícios anteriores. Após manifestação desse, encaminhar à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Vitória, 09 de março de 2018.

JOSÉ RIBAMAR TAVARES JÚNIOR
Presidente

MIGUEL DE SOUZA
Membro

PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA
Membro

VALDIR ANTÔNIO ULIANA
Membro

SERGIO LUIZ BONELLE
Membro

SANDY ROBERTS JÚNIOR
Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA, em sua 432ª Reunião Extraordinária realizada nesta data, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 82, incisos "II", "III" e "IV", do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, à vista do Parecer dos Auditores Independentes - BDO RCS Auditores Independentes SS, de 28 de fevereiro de 2018.

O Conselho Fiscal, observadas as ressalvas e recomendações constantes no título "Base para Opinião com Ressalva" do Relatório da Auditoria Independente e no Relatório Circunstanciado, destaca: a ausência de conciliação do Ativo Imobilizado e Depósitos Judiciais com a contabilidade; o procedimento de depreciação do imobilizado, que impacta negativamente na apuração do imposto de renda e contribuição social; a não implantação da desoneração da folha de pagamento no exercício; método de apuração do ponto, que reflete negativamente no pagamento de adicionais e horas extras e, considerando ainda as informações gerenciais, financeiras, contábeis e orçamentárias disponibilizadas durante o exercício, OPINA no sentido de que as referidas de-

monstrações refletem a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, as quais estão em condições de serem submetidas à Assembleia Geral para a apreciação dos Acionistas. O Conselho Fiscal registra, ainda, que tem reiteradamente apontado em suas atas a ausência de certidões de regularidade fiscal da empresa junto às prefeituras de Aracruz e Vila Velha. Em que pese os esforços envidados, tal situação compromete a regularidade fiscal da Companhia. Por fim, o Conselho Fiscal registra que tem encontrado dificuldade em obter informações de algumas áreas da empresa, o que tem prejudicado sobremaneira os trabalhos do CONFIS.

Vitória, 09 de março de 2018

LEONARDO CARREIRO ALBUQUERQUE
Conselheiro Presidente

CARLOS RENATO A. PORTILHO
Conselheiro

LACERDA DE VASCONCELOS ELIAS
Conselheiro

RICARDO MONTEIRO OLIVEIRA
Conselheiro

Protocolo 386538